

**Universidade de Brasília**

Alessandro Ferreira Barbosa

**Vocabulário político-militar**

As palavras na crise sucessória de Costa e Silva

Brasília - DF

2016

Alessandro Ferreira Barbosa

**Vocabulário político-militar**  
As palavras na crise sucessória de Costa e Silva

Monografia apresentada a Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em História.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. (orientador) Dr. Mateus Gamba Torres

---

Prof. Dr. Daniel Faria

---

Profa. Dr. Ione Oliveira

## Agradecimentos

Este trabalho é fruto de estudo acadêmico inicialmente elaborado na forma de trabalho final de disciplina desenvolvido em 2015 no Departamento de História da Universidade de Brasília. De lá pra cá, pessoas essenciais contribuíram para a conclusão dessa monografia e merecem meus agradecimentos.

Devo meu agradecimento ao Professor Mateus Gamba Torres que acreditou nesse projeto de pesquisa e me acolheu como seu orientado. Sou grato pelas orientações cuidadosas e precisas a respeito não apenas do tema estudado na monografia, mas também de outros assuntos a respeito do ofício do historiador. Agradeço ainda pela paciência que teve na forma de conduzir todo o processo que resultou nesse trabalho. Obrigado por tudo!

Agradeço a professora Ione de Oliveira que gentilmente me apresentou o tema desta monografia a partir da disciplina Tópicos Especiais em História do Brasil, oportunidade na qual foi dado grande relevo a história da Ditadura Civil-Militar Brasileira. Obrigado pela seriedade, pelo compromisso e profissionalismo!

Ao professor Daniel Faria agradeço as contribuições dadas nas disciplinas Metodologia da História e Historiografia. O estudo sobre a escrita história se tornou mais interessante com as suas aulas. Ademais sua experiência no tema da Ditadura civil-militar e na forma como produzir um trabalho de história tiveram influência importante nessa monografia.

Agradeço ainda a alguns professores que marcaram minha passagem na UnB. Tive o privilégio de ter sido aluno dos professores Celso Fonseca, Guilherme Sá, Carlos Henrique Siqueira, André Honor, Neuma Brilhante, dos quais guardo bons ensinamentos que levarei para minha trajetória pessoal e profissional.

Por fim, aos meus pais Valdivino e Martinha e aos meus irmãos Sandro e Valdivino Júnior, que, cada um à sua maneira contribuíram para que fosse possível a realização desse trabalho.

**“Uma linguagem diferente é uma visão da vida diferente”.**

**(Federico Fellini)**

## Resumo

Nesta monografia é apresentada uma análise do vocabulário político-militar empreendido na crise sucessória de Costa e Silva entre agosto até o fim de outubro do ano de 1969 a partir da leitura das Atas das reuniões do Alto Comando do Exército. Um vocabulário todo particular é identificado na documentação o que exige a necessidade de contextualizar conceitos e valores no recorte temporal estudado. Outro objetivo mais específico desse trabalho consiste em mostrar a ausência de unidade de pensamento no interior do Exército no que tange as soluções para essa crise sucessória.

## Sumário

### Introdução.

1. A linguagem, lugar e atores políticos - a Crise sucessória de Costa e Silva.
  - 1.1. Crise política-militar: momento privilegiado na análise da linguagem.
2. Os conceitos empreendidos na crise sucessória de Costa e Silva: unidade militar, legitimidade e democracia.
  - 2.1. Unidade militar.
  - 2.2. Liderança e percepção social: fundamentos da legitimidade no contexto da crise política-sucessória.
  - 2.3. Substantivos democráticos: revolução, missão, dever e sacrifício.
3. Normalização do país: as soluções para a crise sucessória de Costa e Silva.
  - 3.1. Junta militar: golpe político?
  - 3.2. As soluções do Alto Comando do Exército. Quem assume? Como assume?

### Considerações Finais

### Fontes

### Referências Bibliográficas

### Anexos

## Introdução.

A pesquisa que deu origem a monografia nasceu de uma dúvida. Sempre me interessou a pesquisa sobre os anos da ditadura civil-militar<sup>1</sup> no Brasil especialmente a natureza do poder ditatorial, as relações de poder estabelecidas e os possíveis conflitos no interior da cúpula militar. Afinal, existiram crises políticas e conseqüentemente disputas por espaços de poder nas castas militares nessa ditadura? Buscando responder essa pergunta, a partir da análise das Atas das Reuniões do Alto Comando do Exército<sup>2</sup>, defende-se a hipótese de que não havia unidade de pensamento na solução da crise política-sucessória de Costa e Silva.

Inicialmente, é apresentado uma reflexão sobre as ideias: unidade militar, legitimidade e democracia. Conceitos importantes para o estudo da crise sucessória de Costa e Silva. Para Marcelo Ridenti, os golpistas de 1964 preocuparam-se também com sua legitimidade. O golpe foi dado em nome da democracia, supostamente ameaçada. O regime sempre se preocupou em manter uma fachada democrática”. Nas reuniões estudadas, foram identificadas discussões a respeito da legitimidade e da democracia do regime civil-militar.

Em relação à temática discutida nesta monografia, é possível identificar algumas publicações que discutem a crise política e os conceitos de legitimidade e democracia na ditadura<sup>3</sup>. Esta monografia tem a intenção de ser mais uma contribuição historiográfica no que diz respeito à questão da crise e linguagem política<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> A escolha da terminologia ditadura civil-militar (1964-1985) tem ganhado gradual consenso na historiografia brasileira. Nos últimos anos pesquisadores do período tem adotado essa denominação para destacar o amplo apoio de civis durante toda a ditadura, entre os trabalhos publicados podemos citar: REIS, FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil. ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). Contudo deve-se destacar que existe controvérsia uma vez que em certos momentos os militares não permitiram que civis tivessem maior protagonismo é o caso do objeto dessa monografia, qual seja, a suspensão da linha sucessória para impedir o civil e político profissional Pedro Aleixo, de assumir a Presidência. Carlos Fico considera a ditadura civil-miliar com um “caráter preponderantemente militar”. Nesse sentido ver FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão.

<sup>2</sup> As atas de reunião do Alto Comando do Exército estão disponíveis no site <http://arquivosdeditadura.com.br/documento/galeria/alto-comando-exercito-1969#pagina-1>. Lá se encontra importante acervo organizado pelo jornalista Elio Gaspari. Na 44ª reunião, por exemplo, tem disponível anexos produzidos pelos integrantes do Alto Comando do Exército com as soluções propostas para a crise sucessória. Ademais, encontra-se nesse acervo o ato institucional n. 12 e outras legislações necessárias para entender o encaminhamento dado para a crise política

<sup>3</sup> REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade. (1964-1984); MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969); CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira.

<sup>4</sup> Para Skinner, a linguagem não é mero artefato. Pelo contrário, o historiador britânico vê a linguagem como um ato político. (VOGT, pg. 89, 2011).

Um outro objetivo do presente trabalho é esclarecer o uso da linguagem política na comunicação entre os militares. Uma regra que será observada no desenvolvimento do trabalho, a partir da metodologia ensinada por Skinner, é que por mais estranhas que nos possam parecer as crenças que estamos a estudar, devemos ter sempre a preocupação de perceber que os agentes que as sustentaram pareçam mais racionais possíveis. (SKINNER, pg. 60, 2001). Em outras palavras, devemos analisar o que os militares disseram segundo seu valor da época demonstrando que seus discursos não eram resultado apenas de uma orientação racional, mas eram também coerentes com o contexto no qual eles estavam inseridos, ou seja, naquelas circunstâncias específicas era racional considerar o seu discurso como verdadeiro.

Nesse sentido, é importante recuperar o que estavam fazendo os militares ao desenvolver essas atas com as respectivas soluções. É preciso compreender a razão que levou os atores políticos-militares a apresentar as proposições se quisermos analisar a linguagem. Um objetivo mais específico, consiste verificar no contexto de crise política potenciais mudanças de ideias. Segundo Farr, a alteração em determinada ideia é uma consequência da avaliação feita dos atores políticos que buscam resolver certas contradições que estão situadas num vasto sistema de crenças, assim o objetivo além de modificar os conceitos é modificar sobretudo o mundo ao redor. (FARR, 1989, tradução própria).

Chama a atenção o fato que a ditadura civil-militar construiu um ideário muito particular a respeito da democracia e das instituições. Nessa perspectiva é importante entender as ideias num momento de crise política e as possíveis mudanças através, por exemplo, de legislações. Com Castelo Branco, logo após o golpe civil-militar, tínhamos o funcionamento do executivo, legislativo e judiciário. Em 13 de dezembro de 1968 – um marco importante devido à edição do AI-5 – o modelo tornou-se mais arbitrário sendo caracterizado por um lado com a Presidência da República exercendo amplos poderes e por outro com o Congresso Nacional fechado. Pouco mais tarde, em 1969, com a isquemia cerebral de Costa e Silva tivemos uma inovação dessa vez com a Junta Militar composta por três militares conduzindo o país.

Em síntese, verifica-se nessa trajetória mudanças conceituais e legais inseridas nos modelos institucionais com objetivo de resolver essencialmente problemas políticos. Modifica-se, portanto, os conceitos conforme surgem contradições aos atores políticos-militares e essas mudanças se refletem na linguagem com o chamamento de princípios e valores.



Ademais, a política como conhecemos é impossível ser descrita sem a linguagem. Nações não poderiam ter declarado independência, líderes políticos não poderiam instruir seus partidários, cidadãos não poderiam protestar contra a guerra sem o uso da linguagem. Desse modo, para pleitear, prometer, argumentar é necessário utilizar a linguagem. Sem portanto a linguagem teríamos apenas silêncio. (FARR, 1989, tradução própria).

Por certo, determinadas palavras têm o objetivo de dar maior legitimidade a uma ação política. Recuperar conceitos e valores militares e aplicá-los na atividade política seja na formulação de novas legislações seja nas iniciativas discursivas representaram práticas recorrentes dos atores político-militares durante a ditadura civil-militar. Na crise política-sucessória, em especial, esse vocabulário militar ganhou maior destaque conforme se verifica na documentação.

Considerando o expressivo material de análise, fez-se um recorte cronológico a partir do estabelecimento do Ato institucional nº12, de 31 de agosto de 1969 até a eleição indireta de Médici pelo Congresso Nacional no dia 25 de outubro de 1969. Nesse intervalo de tempo, ocorreram fatos significativos para o governo civil-militar entre os quais pode-se citar o desdobramento do sequestro do Embaixador estadunidense e a implementação de Atos Institucionais pela Junta Militar.

Quanto as fontes sabe-se que o trabalho do historiador exige, prioritariamente, ao se proceder à pesquisa documental, a preocupação de contextualizar o documento, isto é, de entender o texto no contexto de sua época, o que pressupõe, compreender o significado das palavras e das expressões.

Nesse sentido, para desenvolver essa pesquisa e compreender as questões relacionadas a história das ideias políticas analisamos os seguintes tipos de fontes: súmulas das reuniões da crise realizadas no período estudado, cartas, biografias dos personagens envolvidos sem nos aprofundarmos nas descrições de outras realizações, mas apenas aquelas pertinentes sobre os respectivos posicionamentos políticos. Utiliza-se também a Constituição de 1967, o Ato Institucional número 12 e 16, legislações essenciais para compreender o fenômeno pesquisado<sup>5</sup>. Cada um desses documentos envolve problemas específicos e exige procedimentos distintos para serem utilizados como fonte histórica. Documento público, é preciso dizer, não necessariamente nos transmite uma “verdade”. Assim, há o reconhecimento

---

<sup>5</sup> Legislações disponíveis no sitio [www4.planalto.gov.br](http://www4.planalto.gov.br) > Home > Legislação histórica. Acesso em: 18 de nov. 2016.

nessa monografia que a produção desses documentos foi realizada num momento particular da história do Brasil, qual seja, uma ditadura. A fonte sobre esse período é classificada como sensível sendo até pouco tempo secretas. Segundo Étienne François, é

(...) necessário controlar o entusiasmo com o acesso as fontes a pouco tempo secretas e contornar a tendência de se deixar levar por elas desconsiderando as regras elementares do ofício do historiador: a crítica dos documentos, a interrogação das fontes e sobretudo a consciência de que elas não podem dizer tudo. Ou seja, é necessário realizar as perguntas iniciais: Quem constituiu as fontes? Em que condições? Para quê? O que dizem, o que não dizem?" (apud PEREIRA, 2015, p. 255).

Vale destacar que com a regulamentação da Lei de Acesso a Informação, recentemente, houve um significativo avanço no acesso a essas fontes. No caso específico deste estudo, as fontes foram obtidas através do sitio<sup>6</sup> do arquivos da ditadura organizado por Elio Gaspari<sup>7</sup> e das legislações disponíveis também na internet. Interessante a iniciativa dessa disponibilização pois o trabalho com esses documentos possibilita ao historiador lançar novos olhares e perspectivas sobre o período ditatorial.

Nesta monografia será feito também uso de trabalhos jornalísticos na condição de fonte histórica especialmente os escritos do jornalista Carlos Chagas<sup>8</sup> – chefe de imprensa da Presidência da República no governo Costa e Silva. Ademais, outro jornalista que terá o trabalho abordado é Elio Gaspari com sua coleção contemporânea sobre a Ditadura, especificamente o volume “**A ditadura escancarada**”.<sup>9</sup> O volume dois da coleção dedica-se a narrar sobre a crise sucessória de Costa e Silva, em última análise, trata-se da apresentação de fatos importantes. Uma discussão relevante é a distinção entre os trabalhos de historiadores

<sup>6</sup> O sitio da internet que disponibiliza as fontes é: <<http://arquivosdadtadura.com.br/documento/galeria/alto-comando-exercito-1969>>. Acesso em: 28 de out. 2016.

<sup>7</sup> Elio Gaspari possui enorme acervo de fontes primárias sobre a ditadura civil-militar. Segundo Marcos Napolitano, “Golbery deu a Gaspari 25 caixas de arquivo, com cerca de cinco mil documentos. Geisel recebeu-o em vinte entrevistas a partir de 1984 até 1996. Além disso, Heitor Ferreira, secretário pessoal de Geisel, cedeu-lhe o arquivo privado, seu diário (1964-1976) e 120 fitas cassetes com gravações de outubro de 1973 a março de 1974, totalizando 220 horas de conversações entre Geisel e colaboradores”. Napolitano ainda aponta um fator importante a respeito dessas fontes: “a inevitável pré-seleção do material documental, na medida em que foi cedido pelos próprios protagonistas da história contada no livro”. Ver em NAPOLITANO, Marcos. *Historiografia, memória e história do regime militar brasileiro*. Ver. *Sociol. Polit.*, Curitiba, 23, p. 193-196, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24636.pdf>>. Acesso em: 31 de out. 2016.

<sup>8</sup> “Parte dos jornalistas e donos de jornal, entre outros setores da sociedade civil que, ao apoiarem os governos militares do pós-1964 e pós-1968, optaram por estar ao lado do poder, tornaram-se tanto agentes como “vítimas” dessa autocensura que se impuseram como preço a ser pago. Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade. Fizeram, assim, dessa ditadura, um acordo civil-militar”. (KUSHINIR, 2015, pg. 257). Essa observação crítica tem como objetivo reconhecer a proximidade do jornalista Carlos Chagas com a cúpula militar, contudo trata-se de um relato útil para a pesquisa.

<sup>9</sup> GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 15- 125.

e jornalistas na construção da História do Tempo Presente, nessa diferença Rioux comenta que:

[...] o jornalista, tenha quer os papeis de repórter, de redator ou cronista, é um Sísifo do efêmero que “escrever para o esquecimento”, [...] vencer a angústia da pequena morte diária – a página do jornal destinada ao lixo. [...] O historiador procura sempre inserir o acontecimento singular na cadeia de um tempo significativo, tenta distinguir o perdurável do efêmero, relata os fatos sem ser perseguido pela hora do ‘fechamento’. (apud KUSHINIR, 2015, p. 252).

Levando em consideração o exposto, esta monografia está dividida em três capítulos; no primeiro, discutiu-se a relação entre a crise política e a linguagem a partir das orientações de Quentin Skinner e James Farr. Nesse momento introduzimos o papel das palavras na construção dos argumentos para a solução da crise sucessória de Costa e Silva. Além de localizar espacialmente a crise política e os atores engajados nas soluções. O segundo capítulo procura destrinchar certas expressões presentes nas fontes documentais consultadas como “unidade militar” e palavras associadas ao ideário da “democracia”<sup>10</sup> como “normalização institucional”. Ainda no segundo capítulo, é apresentada reflexões a respeito da legitimidade, liderança e percepção internacional sobre o governo ditatorial. O terceiro capítulo, com base na documentação que faz referência as reuniões do Alto Comando do Exército, analisou-se as diferentes respostas para a crise segundo alguns integrantes da reunião, os temas principais giraram em torno do impedimento de Costa e Silva, a duração do próximo mandato e o processo de legitimação.

---

<sup>10</sup> Esta monografia ao comentar sobre o sistema democrático formulado pelos militares e por eles defendido utilizará aspas. Isso porque não acreditamos que se trata realmente de um modelo democrático. Essa observação é importante para não nos confundirmos na exposição e interpretação dos fatos.

## 1. Linguagem, lugar e atores políticos – a crise sucessória de Costa e Silva.

### 1.1 Crise política-militar: momento privilegiado na análise da linguagem.

A discussão a respeito da importância da linguagem da política na história é tema que tem ganhado importantes avanços nos últimos tempos. É preciso antes dizer que ao se contar a história de uma crise política costuma-se dar especial atenção a uma abordagem economicista<sup>11</sup> e ao comportamento das instituições. Aqui, ao contrário, busca-se verificar como se dá a construção dos argumentos para a solução de uma crise, o chamamento de conceitos e valores morais, a linguagem utilizada, o posicionamento dos grupos em disputa, as contradições, e as mudanças nas legislações.

Uma crise política é um momento em que efetivamente há uma preocupação com a linguagem e com os conceitos. Ganha-se destaque um conjunto de palavras para caracterizar ações políticas como as medidas urgentes, os discursos inflamados com uso cuidadoso de palavras e os documentos que precisam ser redigidos por conta de uma falha em certa expressão, ou seja, muito do jogo político se faz presente na linguagem. Há quem não dê muito crédito a linguagem adotada pelos militares na evolução da crise. Elio Gaspari, em *A Ditadura Escancarada*, por exemplo, chama o conjunto de expressões ostentados pelos militares de “palavrório pomposo que, na anarquia militar, confunde com enunciado de propósitos”. (GASPARI, pg. 108, 2002). Esta monografia vê de forma diferente pois os militares se esforçavam em formular ideias para legitimar suas ações. Eles transferiam o vocabulário militar para a linguagem política e conseqüentemente para a ação política. É o que se verifica nas considerações e justificativas das legislações, por exemplo, esta que diz:

Considerando que todos os brasileiros são responsáveis pela segurança interna e externa da Pátria, devendo cada um assumir sua cota de sacrifício, nesta hora grave em que devemos somar esforços, evitando divergências, para combater o inimigo comum. [...] Edita-se o seguinte Ato Institucional: [...] <sup>12</sup>.

No contexto de uma crise política certas palavras podem provocar diversas reações. Por um lado, o chamamento de certa palavra pode induzir o fortalecimento de um grupo político, por outro lado ignorar certa expressão pode resultar no desinteresse de certa prática, ou seja, o esquecimento. Ademais, percebe-se nesse momento a reformulação de certos conceitos no sentido de dar melhor orientação ao ator político. Aqui, portanto, reside um

<sup>11</sup> O “economicismo” sustenta que todas as ações políticas podem ser explicadas diretamente pelos interesses da classe dominante. (FARR, 1989, tradução própria).

<sup>12</sup> Esboço preliminar do Ato institucional que regularia a “normalidade constitucional” com a eleição do novo Presidente da República em 1969. (Lei institucional n..., p. 1, APGCS/HF).

ponto fundamental nesse trabalho: quando o ator político enfrenta uma contradição do ideário ao qual ele defende, em outras palavras, na ocasião em que há uma colisão com suas práticas políticas necessariamente ele recorre a linguagem para tentar conciliar essa contradição.

Para melhor desenvolver uma das perguntas do trabalho, que consiste entender a linguagem política dos militares no contexto da crise sucessória, essa monografia recorre ao contextualismo linguístico adotado pela Escola de Cambridge<sup>13</sup>.

O interesse desta monografia é entender como os atores políticos procuram numa crise política legitimar qualquer ação especialmente aquelas consideradas duvidosas, repreensivas e mesmo condenáveis. Evidente que os políticos têm fortes motivos para construir um sistema de crenças, conceitos e valores para tornar compatível com a própria prática política na condução do governo.

Cito um exemplo para melhor esclarecimento, o sistema “democrático” formulado pelos militares era baseado num comando unificado e com participação do legislativo de forma dependente do executivo. Entretanto, durante a ditadura civil-militar não tivemos permanentemente um comando unificado e o Congresso Nacional aberto e funcionando. Essas incompatibilidades exigiam adaptações – mudanças nas leis e nos discursos, por exemplo – o que também refletia na linguagem. O chamamento de princípios e valores contribuía para legitimar essas mudanças conceituais. Haja vista o Ato Institucional nº5 que veio corrigir a “democracia” e para efeitos de legitimação tivemos a invocação de valores como “ordem”, “segurança interna” e continuidade “revolucionária”.

Skinner afirma que qualquer curso de ação pode ser inibido quando não consegue se ver legitimado. Em outras palavras, se o ator não conseguir enquadrar a ação que pretende empreender com seu sistema de crença aí é possível que a ação seja inviabilizada. Contudo, nem todas as ações podem se resumir a esse enquadramento, pois existe às vezes o

---

<sup>13</sup> A escolha da Escola de Cambridge que tem como expoente Quentin Skinner se justifica na importância dada ao “contextualismo linguístico” na análise de determinado conceito. Em outras palavras, torna-se relevante à história na identificação das razões do emprego de certos conceitos. Conceitos de cunho militar como ordem, unidade militar, guerra, hierarquia, revolução e mesmo no âmbito político como legitimidade e democracia são conceitos que devem ser investigados na crise sucessória considerando o contexto pois assim podemos melhor compreender o uso de determinadas palavras pelos militares estudados. Ver em JASMIN, Marcelo. **História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares**. RBCS Vol. 20 n°. 57 fev/2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v20n57/a02v2057>>. Acesso em: 11 de nov. 2016.

distanciamento dos conceitos com a prática política empreendida. Conforme Farr, em primeiro lugar, conceitos constituem nunca totalmente práticas políticas, porque as práticas políticas costumam ter consequências inesperadas e até mesmo sem condições de conceitualizar. A longo prazo, estas consequências podem mesmo vir a ser visto como contradizendo a prática, e isso conduzirá geralmente a sua reconceitualização. (FARR, 1989, tradução própria).

Uma expressão que será utilizada nesse trabalho para caracterizar os generais-políticos que adotam novos discursos e ideias amparados em valores e conceitos são os “ideólogos inovadores”. Este conceito adotado por Weber e Skinner pode ser definido com os atores que possuem a missão de legitimar modelos de conduta social, ou seja, a principal atribuição deles consiste na formulação, reafirmação e reconstrução de novas ideias, conceitos e valores num ambiente de questionamentos as suas atitudes ditas repreensíveis, condenáveis. (SKINNER, 2005).

Ainda segundo Skinner (2005), os ideólogos inovadores tem uma missão muito relacionada a retórica. Isso porque o uso do vocabulário por eles adotados passam a ter novos valores, isto é, as vezes uma palavra que servia para um fim negativo na política brasileira por exemplo em outro momento posterior pode ser transformado em algo positivo. Ou mesmo um termo que antes era neutro agora pode ser visto como favorável ou elogioso a certo grupo político. O conceito de “chefe militar” por exemplo ganha maior revelo na ditadura civil-militar no sentido de ser um valor positivo vinculado à hierarquia militar, à disciplina e à ordem. No anexo nº 6 – documento que propõe soluções para a crise sucessória de Costa e Silva -, menciona-se a dificuldade de ter três “chefes militares” com o mesmo nível de autoridade na condução do país. (Anexo à Ata da 44 Reunião do Alto Comando do Exército, APGCS/HF). “Chefe Militar” trata-se de um conceito positivo recuperado pela simbologia militar no sentido de autoridade, respeito, hierarquia, liderança, ou seja, a mudança para uma junta militar não permitiria a manutenção da autoridade porquanto há uma diluição de poder.

“Os ideólogos inovadores estão preocupados em questionar a linguagem moral aceita adaptando aos seus próprios fins como em desafiar, ao mesmo tempo, as crenças tradicionais”. (SKINNER, 2005, pg. 250). Ideólogo inovador é portanto aquele “empenhado na manipulação de um vocabulário normativo através daquilo que designei por truque”. (SKINNER, 2005, pg. 255). Nesse sentido, um fenômeno que deve ser observado numa crise política é o uso dos princípios morais. Há divergências na historiografia sobre a real influência desses princípios na atividade política, no presente trabalho adota-se a visão de Skinner reproduzida abaixo:

Mesmo admitindo que os princípios morais raramente funcionam como motivos, resta-nos pelo menos um caso em que os ideais professados por alguém determinarão, apesar de tudo, o seu comportamento. Refiro-me à situação em que determinado ator envolvido num curso de ação que pode ser (digamos assim) questionável, possui ao mesmo tempo um forte motivo para tentar (utilizando a terminologia weberiana) legitimar. (SKINNER, 2005, pg. 205).

Por certo, o interesse pela legitimidade de uma ação exige muitas vezes o compromisso com certos princípios morais. Especialmente numa crise política em que há uma urgência ideológica de legitimar os novos atos e medidas assim uma atitude que anteriormente era reprovável num momento de forte embate pode ser vista com bons olhos.

No que tange as novas legislações e decretos impostos pela ditadura civil-militar verifica-se que o momento de maior gravidade foi com o Ato Institucional pois, segundo Maria Helena Alves, “a partir daí se deu a utilização descontrolada do aparato repressivo do estado de segurança nacional. A este respeito foram cruciais as restrições impostas ao Judiciário e a abolição do *habeas corpus* para crimes políticos”. (apud Resende, 2015, p. 30). No plano da retórica, todas essas medidas eram fundamentalmente baseadas em valores e conceitos moralmente elevados como a segurança, liberdade, ordem, combate ao comunismo, etc. Utiliza-se portanto o recurso da linguagem e das palavras para justificar novos modelos legais.

Ainda no âmbito moral, os militares por exemplo desejam ser valorizados como homens genuinamente sóbrios, retos e incapazes de deslealdade. Na crise política, Augusto Lira Tavares<sup>14</sup>, afirma a necessidade dos chefes militares apresentarem a nobreza de atitudes, o espírito de renúncia e o patriotismo, além da lealdade “que é própria da formação militar”. (Exposição de Lira Tavares ao Alto Comando do Exército, p. 2, APGCS/HF).

As respostas para a crise tem como parâmetro a observação de conceitos e valores elevados que auxiliam a argumentação. Ocorre que nem sempre dá certo essa construção porque o público alvo, a sociedade, não tem de forma clara a percepção dos significados e

---

<sup>14</sup> Em março de 1967 Lira Tavares deixou o comando da Escola Superior de Guerra para assumir o cargo de ministro do Exército a convite de Costa e Silva. Como ministro do Exército, Tavares foi um dos signatários do AI-5. No contexto da doença do Presidente, Lira Tavares, no dia 30 de agosto, reuniu-se no Rio de Janeiro para discutir o problema Pedro Aleixo. Na ocasião participaram do encontro os três ministros militares – o general Lira Tavares, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Márcio de Sousa e Melo. Durante a reunião foi decidida a formação de uma junta militar temporária, composta pelos três ministros militares citados. Lira Tavares se portava como principal representa da tríplice tendo pretensões presidências para 1971, nesse sentido, defendia o mandato tampão para solução da crise sucessória. Ver em LIRA TAVARES. In: COUTINHO, Amélia. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aurelio-de-lira-tavares>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

conceitos empreendidos na crise. Um primeiro exemplo é a presença do conceito ordem pública<sup>15</sup> nas crises políticas, na 45ª reunião do Alto Comando do Exército foi indicado que qualquer solução apresentada deveria considerar “o caráter urgente da adoção de medidas que tranquilizem a Nação brasileira, dando-lhe, ordem”. (Anexo nº1 à Ata da 45ª reunião do Alto Comando do Exército, p. 2, 16 de setembro de 1969, APGCS/HF). Ordem pública parece um valor abrangente que normalmente a população relaciona com segurança e estabilidade. Um segundo exemplo que pode ser dado é o desinteresse pelo valor da liberdade em prol de um projeto maior durante as crises políticas no Brasil. Verifica-se nessas ocasiões a sensação das pessoas de que os valores discutidos não tem muito significado no cotidiano, então os indivíduos se perguntam para que servem esses valores? Essas palavras?

Um outro aspecto a ser discutido é a escolha do vocabulário numa crise política. A opção por usar termos de caráter militar ajuda na comunicação entre os próprios militares no contexto da crise sucessória de Costa e Silva. Segundo Skinner, a “escolha do vocabulário parece estar determinada, em absoluto, pelas anteriores necessidades sociais”. (SKINNER, 2005, pg. 242). Um dos objetivos para Skinner é na verificação e análise do vocabulário entender “os motivos que certos conceitos comecem a ganhar maior valor em determinado período histórico ao ponto que a prática política não poderia ter sido realizada sem o uso de tal conceito”. Na prática, certas palavras ganham maior valor numa discussão e posteriormente passam a ser enfatizadas para ajudar na retórica. “Acima de tudo, devem tentar exaltar o mais possível a ação através da utilização de determinadas palavras”. (SKINNER, 2005, pg. 256).

Por exemplo, a palavra Revolução durante a crise sucessória foi descrita como um valor positivo e tolerável sendo que em momentos passados essa mesma palavra serviu para atribuir aspectos negativos vinculados a desordem. O ante-projeto da lei institucional nº1<sup>16</sup> dizia que “para garantir a continuidade da ação revolucionária, que salvou a Nação da

---

<sup>15</sup> A palavra “ordem” ingressa mais fortemente na política brasileira a partir dos ensinamentos positivistas do professor Benjamin Constant na Academia Militar. Ao lado de Constant temos seus contemporâneos Sílvio Romero, Clóvis Beviláqua, Teixeira Mendes, Miguel Lemos, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, que buscavam nos ideais comtianos elementos para formularem o projeto republicano. Ver em SILVA, João Carlos. Utopia positivista e instrução pública no Brasil. **Revista Histedbr on-line**, Campinas, p. 10-16, dez. 2004. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/art2\\_16.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis16/art2_16.pdf)>. Acesso em: 26 de out. 2016.

<sup>16</sup> Não confundir o Ato Institucional nº 1 de 1964 com a lei institucional nº1 (anteprojeto). Esta última se refere a um anteprojeto – estudo preparatório do projeto - a respeito do afastamento definitivo do Presidente da República Costa e Silva e que declarava vago o cargo de Vice-Presidente. Por se tratar de uma proposta de lei, ele apresenta um conjunto de princípios e justificativas. Disponível em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/alto-comando-exercito-crise-1969#pagina-20>>. Acesso em: 31 de out. 2016.



desordem material e moral, as Forças Armadas, ante a gravidade da crise vêem-se compelidas, a reafirmar as suas responsabilidades e a intervir no curso dos acontecimentos”. A continuidade da ação revolucionária tem esse caráter positivo para trazer o país ao rumo certo. Por outro lado, os “grupos terroristas” da esquerda armada de acordo com Lira Tavares estavam envolvidos numa “Guerra Revolucionária” contra a Nação<sup>17</sup>. Neste último sentido, a palavra revolução carrega valores negativos vinculados a ações perigosas e graves.

Skinner faz uma análise a respeito da relação entre a retórica e a mudança conceitual. Segundo ele:

Essas mudanças surgem sempre que uma ação ou situação são descritas através de um termo analítico que não seria utilizado, em princípio, em tais circunstâncias. O objetivo é persuadir uma audiência de que, apesar das aparências o termo é adequado e pode ser aplicado – em virtude do seu significado corrente – ao caso em apreço. O resultado de se conseguir persuadir alguém a aceitar esse julgamento será leva-los a olhar para o comportamento em questão à luz de uma nova moral. Uma ação que antes havia sido considerada digna de louvor pode passar a ser alvo de condenação, ao passo que uma ação que anteriormente era vista com maus olhos pode, subitamente, ser merecedora dos maiores elogios. (SKINNER, 2005, pg. 255).

Essas mudanças de percepções estão relacionadas à mudança conceitual. Para James Farr (1989), os políticos atuam de forma estratégica e partidária usando a linguagem porque as palavras utilizadas, de algum modo, fazem parte das crenças políticas. Com efeito, a mudança política e a mudança conceitual correspondem a um processo complexo e inter-relacionados. A estratégia de usar conceitos como ordem, hierarquia e unidade cumpre importantes funções na construção da legitimação. Esses conceitos não são fixos. Uma mudança na política com uma nova medida emergencial pode resultar numa mudança desses conceitos. Esse fenômeno pode ser perfeitamente aplicável numa crise política na qual os atores para formularem novos modelos utilizam o recurso da linguagem sobretudo para dar maior legitimação.

A expressão unidade militar por exemplo ganha maior ênfase num contexto de crise justamente para tentar aglutinar grupos num projeto político comum. A preocupação com a “quebra da unidade” nas palavras de Lira Tavares é manifestada em várias ocasiões na documentação estudada<sup>18</sup>. O General Rodrigo Jordão Ramos, em carta dirigida a Lira

<sup>17</sup> Segundo Lira Tavares, no contexto do sequestro do Embaixador americano, os brasileiros foram despertados para a existência de uma Guerra Revolucionária, a qual eles não acreditavam. (Exposição ao ACE, pg. 3).

<sup>18</sup> Em geral, os anexos das reuniões apresentam enunciados enfatizando a necessidade de manter a unidade militar para que a crise política pudesse ser resolvida.

Tavares, afirma que a “UNIDADE DAS FORÇAS ARMADAS” deve ser assegurada como uma condição “sine qua son”, em qualquer circunstâncias a serem defrontadas”.<sup>19</sup>

Assim os atores políticos procuram recuperar seus conceitos na tentativa de resolver os problemas, mas eles podem descobrir novos problemas ou reconceitualizar antigos. Desse modo em momentos de crise política verifica-se a formulação e renovação de conceitos. Acontece uma mistura de iniciativas anteriores com ideias novas com objetivo de resolver o problema político.

Às vezes ocorre de o político enfrentar um forte contradição entre seus valores e conceitos com suas práticas sem no entanto procurar resolver esse problema, esse ator político pode agir na força bruta, ou seja, desconsiderar os conceitos e agir de forma independente. Esse fato pode também ser observado numa crise política quando os acontecimentos ocorrem com tal velocidade e com efeitos inesperados que o político se vê incapaz de enquadrar a linguagem e a prática. Na busca por exemplo de legitimidade, especialmente nesse momento, esse ator político se esforça para enquadrar os conceitos e valores de forma a convencer grupos sociais mas pode não ter êxito devido às inconsistências.

A ditadura civil-militar nesse esforço de legitimidade procurou reunir um conjunto de conceitos e valores para dar fundamentação as suas ações. Nesse sentido, para James Farr (1989, tradução própria), conceitos nunca estão presos ou são utilizados de forma isolada, mas em constelações que compõem sistemas de crença. É uma relação entre a prática política e os conceitos empreendidos pelos atores. Segundo ainda Farr (1989, tradução própria), por exemplo, um exército é, de fato, em parte, constituído pelo conceito de “exército” que informa as crenças de soldados e civis de uma nação; mas a vida do exército – especialmente em uma sociedade cada vez mais dominada pelo exército – pode, por sua vez, a vir a moldar outros conceitos, como “ordem”, “autoridade” e “lealdade”.

Pensando nessa teoria optou-se por um esquema semelhante com as seguintes grandes ideias: unidade militar, legitimidade e democracia, todos esses conceitos, relevantes numa crise política moldam outras palavras e valores de cunho moral.

As palavras possuem contexto e referencial. Há lugares apropriados para resolver uma crise sucessória e política? Num ambiente democrático certamente existem múltiplos espaços para se discutir opções para a resolução de uma crise política. No âmbito institucional

---

<sup>19</sup> Carta do general Rodrigo Octavio Ramos ao ministro Lira Tavares, de 12 de setembro de 1969, transcrita em Aspectos Históricos do Alto Comando do Exército, de 26 de julho de 1979. APGCS/HS.

destaca-se as comissões nas casas representativas, o plenário, os gabinetes nas reuniões de líderes, os debates públicos em audiências, entre outros locais nos quais normalmente existe a oportunidade de acompanhamento da sociedade com dos órgãos da imprensa. Outros espaços evidentemente são mais reservados entre eles estão as residências particulares dos líderes políticos, os restaurantes e os hotéis. Estes ambientes, por sua vez, não possibilitam o conhecimento transparente das conversas e das possíveis soluções. De forma mais ampla, o espaço mais adequado para as discussões de uma crise política são os locais mais próximos dos poderes da República: executivo, legislativo e judiciário. Nessa região há maior circulação de autoridades e conseqüentemente maior trânsito de informações, encontros, ou seja, um ambiente fácil para circunstâncias que exigem respostas rápidas.

Na crise sucessória militar de 1969 a opção para deliberação foi pelo quartel general do Exército no Rio de Janeiro. Porque a escolha desse local para se propor as soluções para uma crise tão grave na visão dos militares?

Quando se viu que a situação do Presidente Costa e Silva era mais grave que uma gripe ele se deslocou de Brasília para a capital fluminense. Não podemos ignorar o fato de que a sua ida implicava o deslocamento de outras figuras do poder incluindo ministros e oficiais generais. Os principais assessores queriam estar próximo do presidente para saber a gravidade da situação. O Palácio Laranjeiras – localizado no Rio de Janeiro - tem importância nessa crise política porque foi nesse local que permaneceu Costa e Silva, desse modo, muitos encontros acabavam ocorrendo ali especialmente aqueles que envolviam Jaime Portela<sup>20</sup> – Chefe do Gabinete Militar do governo.

Aliás, no Rio de Janeiro estava presente uma grande máquina militar. Segundo Elio Gaspari, “lá viviam 79 dos 118 generais, cinquenta dos sessenta almirantes e 49 dos 61 brigadeiros”. (GASPARI, 2002, pg. 115). Mais é precisamente no Quartel General do Exército, no Rio de Janeiro, que seria o local no qual Alto Comando do Exército apresentaria

---

<sup>20</sup> A participação de Jaime Portela na administração pública está associada com o crescimento político de Costa e Silva. Quando Costa e Silva foi ministro da Guerra de Castelo Branco, Jaime Portela ocupou a chefia de gabinete deste Ministério em Brasília. Enquanto esteve nessa posição Portela teve papel ativo nas articulações que definiram Costa e Silva à presidência da República contrariando Castelo Branco. Uma vez na presidência, Costa e Silva nomeou Jaime Portela para ser seu Chefe do Gabinete Militar se tornando mais próximo do Presidente. Em janeiro de 1968 foi assinado por Costa e Silva o Decreto-Lei nº 384, que transformava o Conselho de Segurança Nacional numa espécie de superministério e conferia ao seu secretário-geral, no caso o general Jaime Portela, mais poder que qualquer outro. No contexto das manifestações da Frente Ampla e do discurso de Moreira Alves, Jaime Portela esteve ao lado de Costa e Silva para resolver essas crises. Após o acidente vascular de Costa e Silva, Portela foi um dos idealizadores da junta militar. Ver em JAIME PORTELA. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jaime-portela>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

as soluções para a crise política. (Atas de Reunião do Alto Comando do Exército, 44º, 45º e 46º reunião, setembro de 1969, APGCS/HF). Foi nesse local por três oportunidades que definiu-se o futuro do país com as seguintes medidas: confirmou-se que Costa e Silva estaria impedido de continuar na Presidência do país, além do processo de escolha do novo presidente e do procedimento de legitimação. (GASPARI, 2002, pg. 116).

Outro aspecto que precisa ser esclarecido na crise sucessória diz respeito aos atores políticos-militares. Quem é quem na crise política de 1969? Os militares sempre se envolveram ou foram envolvidos na política e na história republicana do Brasil. Após o Estado Novo a presença dos militares foi significativa na política basta pensar que em todas as eleições até 1964 tínhamos ao menos um candidato presidencial sendo militar<sup>21</sup>. A presença dos militares nos cargos legislativos pelo país afora também era relevante. Deve-se acrescentar que esses militares não estavam situados em apenas um espectro político, na verdade eram variadas as tendências. No âmbito partidário pode-se citar primeiramente a UDN agremiação que reunia grupo militar até 1964 que chegou a ser apelidado de UDN fardada ou UDN militar. Em segundo lugar, vinculados ao PSB pode-se citar dois personagens importantes Herculino Cascardo e Miguel Costa, ambos militares históricos defensores da democracia. Em terceiro, mesmo o PCB, que nas eleições para o Congresso Nacional elegeu 15 parlamentares, um terço era de origem militar sendo o capitão Luís Carlos Prestes o senador mais votado da história até então. Em quarto, pode-se destacar Juarez Távora e Henrique Teixeira Lott. (CUNHA, 2014).

Com o golpe civil-militar de 1964, os militares tiveram atuação política na condição de protagonistas pois passaram a ocupar os cargos institucionais com importantes atribuições. Um exemplo que demonstra a proeminência dos militares nos altos postos é objeto dessa monografia. No momento em que se daria a oportunidade para um civil – Vice Presidente Pedro Aleixo – assumir a Presidência da República, conforme regulava a Constituição vigente, os militares impediram a posse. (SCHWARCZ, STARLING; 2015). Esse fato que será melhor explorado no terceiro capítulo desta monografia destaca por si só a maior presença dos militares em cargos chave para o país.

Na crise política sucessória de Costa e Silva, os protagonistas são militares oficiais de alta patente que estavam presentes nas reuniões do Alto Comando das Forças Armadas e do Alto Comando do Exército. O Alto Comando das Forças Armadas se tornara o canal mais

---

<sup>21</sup> Cito Eurico Gaspar Dutra, Eduardo Gomes, Juarez Távora e Henrique Teixeira Lott.

adequado para as decisões e não o Conselho de Segurança Nacional, órgão de composição híbrida, ou seja, formado por militares e civis. (MARTINS FILHO, 1993, pg. 201). Por sua vez, o Alto Comando do Exército configuraria posteriormente no espaço institucional mais importante para as decisões a respeito da evolução da crise. O artigo 2 do decreto<sup>22</sup> que regula o Alto Comando do Exército diz que ele é presidido pelo Ministro do Exército, dele participando, com o caráter de membros efetivos, o Chefe do Estado-Maior do Exército, os Chefes de Departamentos e os Comandantes de Exército.

O Alto Comando do Exército era portanto um órgão colegiado de composição definida com militares de alta patente. Uma observação preliminar relevante é o fato de que no desenvolvimento da crise política-militar este órgão teve mudanças no âmbito da composição, na terceira reunião foi dado assento a outros militares. (GASPARI, 2013). Isso se explica pela necessidade de dar espaço para outras figuras importantes que não tinham alcançado os requisitos legais para a participação do órgão. Assim, optou-se pelo Alto Comando do Exército órgão que pareceu transformar-se numa conferências de potenciais candidatos à sucessão e instituição responsável pela apresentação das soluções para a crise. Chamar a atenção para o local e os atores políticos-militares nessa crise diz muito do caráter ditatorial do regime político vigente no Brasil em 1969.

---

<sup>22</sup> Regulamento para o Alto Comando do Exército (r.189-67), 27 de julho de 1967. Nesse decreto está presente a constituição, funcionamento, seleção para ingresso e promoção do generalato, além das atribuições da secretaria do Alto Comando. BRASIL. **Regulamento para o Alto Comando do Exército, de 27 de julho de 1967.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61082-27-julho-1967-402244-regulamento-pe.doc>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

## **2. Conceitos empreendidos na Crise Sucessória de Costa e Silva: unidade militar, legitimidade e democracia.**

### 2.1 Unidade militar

A unidade militar é conceito evocado em momentos de crise no interior das Forças Armadas. “A nossa desunião será a maior força do nosso inimigo. Se soubermos nos manter compreensivos, cordiais, informados, confiantes e unidos, ninguém nos vencerá”.<sup>23</sup> Essa citação é ilustrativa quanto a preocupação dos militares com a unidade militar, ou seja, trata-se de um valor importante sobretudo nos momentos de crise política. Desse modo, uma desunião na caserna poderia transmitir uma mensagem negativa para o país o que prejudicaria a imagem do governo.

Quando os militares falam em unidade militar usa-se termos como coesão e hierarquia. Trata-se de conceitos engajados com o objetivo de enfatizar a organização militar num contexto de crise política. O esclarecimento conceitual dos termos unidade militar, coesão e hierarquia, é pressuposto para poder interpretar o conflito entre os próprios militares na Crise sucessória de Costa e Silva. Porque é importante entender esses termos? Se quisermos entender o processo como um todo devemos entender as expressões fundamentais com seus conteúdos social e político.

Porque a opção por unidade militar para explicar a linguagem política no contexto da crise sucessória? Acreditamos que essa expressão descreve as características centrais da condução política articulada pelos militares. Acreditamos ainda que essa expressão faz jus à forma como os militares entendem sua identidade pessoal e profissional. Os militares se sentem confortáveis ao fazer uso dessa expressão no sentido de auxiliar suas explicações, motivações e argumentação, um esforço pela unidade no contexto da crise sucessória.

A unidade militar representou desde os tempos pretéritos um fator importante para as estratégias de batalha nos diversos conflitos<sup>24</sup>. Apesar de algumas nuances no significado, a unidade militar manteve-se com a responsabilidade de orientar os militares no sucesso nas batalhas tanto aquelas diretamente relacionadas a conflitos como em outras circunstâncias as quais se depararam com desafios que exigiam a união ou consenso. Em sua origem a palavra

---

<sup>23</sup> Arquivo Público do Estado do Paraná. Presidência da República: Serviço Nacional de Informação. Encaminhamento n. 290/ACT/69. Data: 25 nov. 1969. Confidencial: 3 folhas. Dossiê n. 1780. P 69-71. Fundo Delegacia de Ordem e Política e Social apud in: REZENDE, Pâmela de Almeida. Os vigilantes da ordem: a cooperação aos movimentos pela anistia (1975-1983), Arquivo Nacional, 2015.

<sup>24</sup> No dicionário Houaiss unidade significa: “cada formação militar constituída para manobrar em conjunto”.

unidade vem do latim “unus” e posteriormente incorporou outras palavras de modo a expressar o mesmo sentido. No grego monos, “único, sozinho, isolado” – portanto “um só”. Na linguística sabe-se que a falta de unidade entre parágrafos decorre da ausência de conexão entre os seus dois períodos. (GARCIA, 2010). Assim, o interesse pela unidade consiste também no estabelecimento de uma ação centralizadora.

Coesão. A unidade militar desdobra em outros termos como a palavra coesão. Uma definição atribuída a linguística consiste na ligação harmônica entre duas partes. Ao falarmos então de coesão textual deve-se entender os mecanismos linguísticos que possibilitam uma sequência para um texto.<sup>25</sup> Pensando na política, a coesão possui a característica de reunir elementos com objetivo de trazer maior harmonia a uma situação ou problema.<sup>26</sup> Um grupo numa disputa política por exemplo deve estar coeso para que transmita ao público externo uma imagem de harmonia dando assim continuidade a projetos de interesse. A unidade difere de coesão porque esta última palavra carrega a ideia de que existe uma reunião de elementos sem que se sobressaia uma figura central: todos fazem parte contribuindo para a harmonia sem melhores ou piores, existe portanto um equilíbrio. A unidade por sua vez indica uma centralização em torno de uma figura una, qual seja, um ideário, uma instituição, um líder.

Camargo, Gomes, D’Araújo e Grynszpan (1989) investigam as origens da unidade militar no Exército brasileiro, para eles os militares como atores políticos buscaram a sua identidade a partir de um processo decisivo para a história contemporânea do Brasil: “o trauma de 1935”.<sup>27</sup> Em síntese, pode-se destacar três elementos aglutinadores do Exército, o primeiro consiste, segundo Góis Monteiro (general e político brasileiro), no fortalecimento dos “princípios de uma hierarquia perdida”. Vale lembrar que na década de 1920 eclodiram movimentos tenentistas de contestação pelo país afora, foi necessário uma operação para fortalecer os generais e dar unidade ao Exército pela hierarquia. Um segundo elemento aglutinador foi a construção de um inimigo interno: “o comunismo cujo poder de corrosão segundo a visão militar da época passou a ser um fator de unidade, ou seja, um elemento integrador”. Um terceiro fator é a importância do líder que na década de 1930 foi ocupado pelo ministro Góis Monteiro.

---

<sup>25</sup> Ver A coesão Textual. Ingedore Grunfeld Villaça Koch.

<sup>26</sup> Definição de Coesão segundo o dicionário Houaiss: associação íntima, solidariedade entre os integrantes de um grupo.

<sup>27</sup> “O Trauma de 1935” foi a revolta comunista que exigiu a participação da oficialidade militar na contenção dos revoltosos. (CAMARGO, GOMES, D’ARAÚJO, GRYSZPAN; 1989).

Na crise política-sucessória de 1969 são os princípios da hierarquia e da disciplina que poderiam assegurar a coesão e a força dos militares. Sem essa coesão – segundo o general Lira Tavares – os brasileiros não poderiam respeitar muito menos confiar nas decisões do Alto Comando. (Exposição de Lira Tavares, Ata da 44ª reunião do ACE, 15/09/1969 APGCS/HF). Nas reuniões do Alto Comando do Exército, os generais deveriam transmitir com fidelidade a fala de todo o setor da sua competência. Ainda na exposição ao Alto-Comando o general Lira afirma ser imprescindível a coesão e confiança da Marinha e Aeronáutica, pois segundo ele os militares não deveriam nem poderiam atuar isoladamente pois “é um princípio que deve reger todas as nossas atitudes, no âmbito da Segurança Interna”.<sup>28</sup> Nesse sentido, reproduzo o seguinte trecho:

Devemos estudar juntos, e atuar juntos, no quadro que estamos vivendo, porque ele é grave e se tornará mais grave se não tivermos todos a consciência das responsabilidades que nos cabem e a nobreza de atitudes com que devemos preservar a nossa união, seja qual for a evolução dos acontecimentos. (Exposição de Lira Tavares ao Alto Comando, p. 4, APGCS/HF).

Visando o entendimento dessa linguagem político-militar e o significado da unidade militar no contexto de crise é possível conciliar essa expressão com outro valor também fundamental como a confiança. A noção de confiança é importante no âmbito militar, no plano teórico a citação abaixo nos auxilia na explicação:

Num esforço para teorizar sobre confiança, Putnam destaca dois componentes que são essenciais para sua definição. O primeiro é a reciprocidade. A confiança é essencialmente um conceito relacionado com a interação entre atores. Em sociedades onde os atores acreditam que o comportamento confiante será recompensado e que a interação contínua em um período de tempo cria um padrão duradouro de reciprocidade, a cooperação é muito mais viável. O segundo elemento da confiança é que ela pode criar dependência de trajeto. Os ciclos virtuosos que estimulam a cooperação e a ação coletiva tendem a durar tanto quanto os ciclos viciosos de desconfiança e alternativas hierárquicas, hobbesianas. A confiança constrói-se durante um longo período de tempo e, uma vez estabelecida, tende a continuar no tempo, ainda que exija constante exercício.<sup>29</sup>

De fato, a relação de confiança é um processo construído ao longo do tempo e no âmbito do governo ditatorial militar podemos pensar em duas hipóteses. A primeira diz

---

<sup>28</sup> General Lira Tavares propõe ao Alto Comando os motivos da convocação da reunião no documento “Exposição ao Alto Comando” e é nesse documento que ele solicita o pensamento dos “prezados camaradas”. Na página dois ele cita tal princípio da unidade relacionando à segurança.

<sup>29</sup> RENNÓ, Lucio. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião Pública, Campinas*, vol. 7, n. 1, p. 33-59, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762001000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000100003)>. Acesso em: 25 de outubro de 2016.



respeito na relação de confiança entre os militares entre si, nesse caso verifica-se o esforço de mostrar uma relação positiva baseada na amizade desde a formação militar. A segunda se refere a relação de confiança entre os militares e a sociedade. Nesse sentido a percepção era de confiança, ou seja, para alguns militares o povo brasileiro depositou no “movimento revolucionário” de 1964 toda confiança para que fosse promovido o desenvolvimento com responsabilidade. General Lira Tavares, em exposição ao Alto Comando na 44ª reunião, fica incomodado com o conceito de governo militarista atribuído pelos comunistas, grupo este que procurava desqualificar a imagem do governo militar. Para Tavares, o governo contava “com o apoio geral da opinião pública e a confiança necessária para que não ocorressem como era de temer, o debacle no campo financeiro e o abalo do nosso crédito externo, o que seria muito grave e corresponderia aos objetivos dos nossos adversários”. (Exposição de Lira Tavares ao Alto Comando, p. 4, APGCS/HF).

A confiança no governo era necessária e foi de fato obtida em muitos momentos, ou seja, muitos brasileiros confiavam no projeto que estava em curso sobretudo no período do “milagre econômico”.<sup>30</sup> Nessa leitura, então verifica-se que o povo brasileiro confiava nesse governo porque percebia um comando unificado e uma ordem visando o desenvolvimento. Até em tempos recentes, ainda permanece defesas implícitas<sup>31</sup> e até explícitas<sup>32</sup> da ditadura civil-militar. Porém, essa confiança se refere a um recurso retórico por parte dos militares pois existia oposições à ditadura civil-militar no interior da sociedade. A confiança da população no governo não era portanto um sentimento generalizado.

Os militares do Alto Comando do Exército portanto reivindicavam uma unidade militar para que o país pudesse sair da crise. Na verdade esta unidade militar como será visto no capítulo três da monografia não foi efetivamente observada nas ações políticas dos militares. No anexo número 6 à ata da 44ª reunião, por exemplo, o comandante do II Exército já chamava a atenção “pelo estado latente de insatisfação de alguns grupos no Exército – originado dos incidentes havidos no seu meio nos últimos tempos”. (Anexo nº 6 à Ata da 44ª reunião do Alto Comando do Exército, p. 1, APGCS/HF). O general se refere justamente aos

---

<sup>30</sup> Ver em “A economia da ditadura e da transição”. Nilson Araújo de Souza. Em Ditadura: o que resta da transição.

<sup>31</sup> Editorial da Folha de São Paulo caracteriza a ditadura civil-militar brasileira de “ditabranda” ao comparar com outros regimes ditatoriais sul-americanos. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>>. Acesso em: 25 de out. 2016.

<sup>32</sup> Pronunciamento do Deputado Federal Jair Bolsonaro tecendo homenagens a Carlos Brilhante Ustra. Este militar é tido como um dos responsáveis pela prática de tortura da ditadura civil-militar. Ver em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SroqvAT71o0>>. Acesso em: 13 de nov. 2016.

movimentos políticos na crise sucessória que rompia com a unidade militar. Assim, embora seja um valor importante no momento da ação política existia dificuldade de estabelecer uma unidade de projeto e uma resposta única para a crise.

## 2.2 Liderança e percepção social: fundamentos da legitimidade no contexto da Crise política-sucessória.

A legitimidade é buscada em momentos de crise política. Segundo a Professora Paola Ramos, “a legitimidade costuma ser invocada em situações de conflito como valor que reafirma relações de poder”. (RAMOS, 2014, pg. 42). Esse comentário bem pode servir para introduzir o tema da legitimidade numa crise política como a de 1969. Em geral, em momentos como este busca-se legitimidade nas ações empreendidas pelos atores político-militares. Após uma crise política, as pessoas costumam se perguntar se tal governo é legítimo. Ora, em termos práticos, para um governo ser legítimo normalmente verifica-se se ele cumpre os requisitos legais e, não menos importante, se há minimamente aceitação popular. Engana-se aquele que acredita que os ditadores brasileiros não se preocupavam com a legitimação de suas atitudes.

Podemos localizar na crise política um esforço dos militares em fortalecer o discurso de que o Brasil era governado por representantes legítimos do povo. Nesse sentido, esta monografia considera importante observar alguns elementos na linguagem e na prática dos militares que nos ajudam a entender essa construção da legitimidade. Dentre os pontos que ajudam a legitimar o governo ditatorial está primeiramente na figura do líder militar capaz de “empolgar a Nação” como Costa e Silva. Assim a ausência de um comando unificado e forte, na visão dos militares do Alto Comando do Exército, prejudicaria qualquer processo de legitimação dos setores sociais. Em segundo lugar tem-se o “povo brasileiro e os reflexos internacionais”, assim a percepção social sobre um governo também faz parte dos elementos que legitimam um governo.

Costa e Silva assumiu a presidência da República como representante da “linha dura”<sup>33</sup>. Segundo Carlos Fico, Costa e Silva foi ministro da Guerra de Castelo Branco e soube trazer para si o apoio da oficialidade radical que queria ações mais incisivas no combate a

---

<sup>33</sup> Maud Chirio, conforme indicado por RESENDE (2015, p. 28), apresenta uma questão interessante a respeito da classificação dos grupos militares em duros e moderados. Ela afirma que essa “bipartição tende a ser essencializada, isto é, implicitamente considerada como imutável ao longo do tempo, primeiro porque se supõe que os nomes de facções correspondem a homens, ideias e práticas. Ora, nada indica que exista uma única rede de ‘linha dura’ ao longo da ditadura: aliás, no fim dos anos 1960, a primeira ‘linha dura’ parece em estado de morte clínica”.

esquerda subversiva. Em 1965, quando da vitória de dois opositores nas eleições para governadores, Costa e Silva teve papel preponderante nos episódios que culminaram na edição do Ato Institucional nº 2 que ampliava os prazos para cassações. Em resumo, Costa e Silva se esforçava para a introdução de medidas mais duras no governo. Ainda segundo Fico, Castelo Branco não queria Costa e Silva como sucessor, contudo “teve de se curvar ao desejo daquele que foi um verdadeiro condestável do primeiro governo militar”. (FICO, 2003, pg. 175) Castelo de fato não tinha como se opor ao Marechal Costa e Silva, no dia 15 de março de 1967 este assume a presidência mediante eleição indireta.

O programa de governo de Costa e Silva fez referência à Constituição de 1967, a democracia, ao desenvolvimento e tinha como bandeira a luta contra a burocracia. Segundo Costa e Silva, conforme indicado por Evaldo Vieira (2000, p. 196), “a maior vitória da nossa Revolução será, sem dúvida, chegar às soluções sem sair do regime democrático”. Preocupação com o desenvolvimento, estabilidade macroeconômica, fortalecimento das empresas nacionais e melhoria da situação dos trabalhadores eram algumas das metas. Porém, a empresa nacional não trouxe os resultados esperados assim como a situação dos trabalhadores. Soma-se a isso o quadro político que se deteriora a partir de setembro de 1968 sobretudo a partir do discurso do deputado do MDB aconselhando as mulheres a não namorarem os militares. Essa ação resultou no estabelecimento do AI-5<sup>34</sup>. (VIEIRA, 2000, pg. 196).

Já um exemplo de situação que fragilizava a imagem de Costa e Silva era o encontro que ele tivera com o governador de Goiás, Otávio Lage. Na ocasião, o presidente perdeu a fala temporariamente o que gerou uma situação embaraçosa na percepção dos presentes. (GASPARI, 2002). Mostrar fragilidade nessas circunstâncias implica numa percepção negativa no seu governo e conseqüentemente uma perda de legitimidade. A ideia da fraqueza do corpo está associada a imagem do governo, Alcir Lenharo, em **Sacralização da Política**, esclarece que “A utilização alegórica de uma imagem exaustivamente empregada no discurso político por sinal muito cara ao imaginário, desde seus primórdios: o corpo”. O governante é descrito como “uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em confluência entre a cabeça

---

<sup>34</sup> A discussão a respeito das justificativas do AI-5 tem ganhado novos contornos nos últimos anos. Em 1968 houve uma forte reação da “linha dura” à “Frente Ampla”, além de maior contestação na área estudantil e mesmo em setores da Igreja. Havia portanto um crescente clima de insubordinação. Pode-se pensar o pronunciamento do Deputado como estopim para a medida mais arbitrária da ditadura civil-militar brasileira. Ver em: ATOS INSTITUCIONAIS. CALICCHIO, Vera. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

e o resto do corpo, imagem da sociedade”. (LENHARO, 1986, pg. 16). Assim, uma cabeça fraca implica num corpo fraco e com efeito num governo fraco.

A solução do Estado Maior para a crise sucessória vai nessa direção:

Neste regime, o ápice da pirâmide do poder, isto é, a figura suprema responsável pelo executivo, não poderá, jamais, padecer de fragilidade; não poderá ser representada por um Presidente fisicamente debilitado, incapacitado para atender ao volume enorme de suas responsabilidades e compromissos. Exige, pelo contrário, a presença de um Presidente investido de plena autoridade, que se afirme não só pelas capacidades físicas e de liderança, como pela independência. (Anexo nº11 à Ata da 44ª reunião do Alto Comando do Exército, pg. 1, 15 de setembro de 1969 APGCS/HF).

Com o estágio avançado da enfermidade de Costa e Silva, as reuniões do Alto Comando para resolver a crise sucessória tinham um clima dúbio. Ao mesmo tempo em que existiam dúvidas sobre o futuro do presidente existia também um ar de esperança na possibilidade da recuperação.

A leitura de um documento elaborado por médicos que assistiam o Presidente Costa e Silva ilustra essa situação dúbio, primeiramente na 44ª reunião do Alto Comando do Exército o Sr. General Olívio afirma:

O Sr. Gen Olívio, na qualidade de médico, com 35 anos de atividade profissional, fez várias observações sobre a enfermidade que acometeu o Sr. Presidente, declarando, em resumo, que julga ser muito pouco provável que o Marechal Costa e Silva venha ter condições para o exercício da Presidência, dada as características do acidente circulatório que o acometeu. (Aspectos Históricos do Alto Comando do Exército, de 15/09/1969. Súmula da 44ª reunião, p. 2, APGCS/HF).

Em outra oportunidade, no dia 29 de setembro, a partir de respostas de outros médicos que assistiam o Presidente, ficou evidenciado que o quadro de saúde do presidente não era tão preciso: “O Sr Gen Olívio considerou o documento apresentado pelos médicos que assistem ao Sr Presidente como uma peça de medicina forense e não, propriamente um diagnóstico clínico”. (Aspectos Históricos do Alto Comando do Exército, de 26 de julho de 1979. Súmula da 46ª reunião, p. 1, de 29/09/1969, APGCS/HF).

Em outros momentos os médicos voltam a depositar esperanças na avaliação do quadro do Presidente.

Os médicos que assistem o Presidente Costa e Silva responderam quesitos sobre a situação do paciente, o primeiro quesito se refere a existência de relação causa e efeito entre o exercício dos complexos encargos de Presidente da República e o mal que acometeu, a resposta dos médicos foram: ‘A tensão nervosa, o trabalho exaustivo e as fortes emoções que

antecederam ao acidente vascular foram, sem dúvida, uma das causas desencadeantes do acidente agudo'. Quanto ao prognóstico, os médicos afirmaram 'não ser possível estabelecer um prazo para a completa recuperação'. Sobre as condições para assumir a Presidência, os médicos que 'eventualmente, lúcido como está, ele vier a atingir a recuperação completa, poderá assumir suas funções, ficando porém, novamente exposto a situações de stress, que contribuíram para sua enfermidade atual. (Carta de Lira Tavares anexa à Ata da Reunião do Alto Comando do Exército de 17/09/1969. Em Aspectos Históricos do Alto Comando do Exército, de 26 de julho de 1979, APGCS/HF).

Nessa conjuntura os ministros militares realizavam visitas ao Costa e Silva, que se emocionava com a visita dos companheiros. Médicos chegaram a definir um prazo de seis semanas para restabelecimento do paciente. (Ata da 44ª reunião do ACE, 15/09/1969, APGCS/HF).

Contudo, embora existisse percepções positivas a respeito da recuperação do Ditador o seu quadro na verdade era bem grave e com as tecnologias disponíveis a época era possível indicar uma situação irreversível. De toda forma, no momento inicial – época na qual foi decidido por exemplo a solução da junta militar - não existia uma definição do quadro de saúde. Segundo o jornalista Carlos Chagas “o dado importante continuava localizado na necessidade de se aguardar a caracterização definitiva do processo de trombose, cujos limites ninguém ousava prever”. (CHAGAS, 1979, pg. 58) Gradualmente Costa e Silva foi perdendo a capacidade de comunicação e outras funções cognitivas desse modo ficava mais evidente o difícil restabelecimento.

A solução da crise também tinha como objetivo poupar o Presidente Costa e Silva do desgaste que envolve esse momento. Segundo o general Lira Tavares:

A crise política é um problema que nos obriga a poupá-lo (Costa e Silva) de intervir, por isso, nas decisões a tomar, pelo dever de resguardá-lo das emoções próprias do momento e do exercício do cargo, bem como da lealdade que é própria da nossa formação militar. (Exposição ao Alto Comando, General Lira Tavares, p. 4 APGCS/HF).

Os substitutos de Costa e Silva seriam temporários e este voltaria mais tarde como verdadeiro Chefe da Nação. Percebe-se na leitura das atas de reuniões uma quase devoção a figura do líder Costa e Silva, nessa rede de hierarquia e confiança o líder é um dos pontos que assentam a legitimidade do governo. Portanto, um governo legítimo, na ótica dos militares, é aquele que tem um único líder forte comandando de forma independente os destinos do país. No capítulo três desta monografia voltaremos a discutir sobre Costa e Silva, em especial, os motivos políticos que esclarecem as incertezas a respeito da saúde do ditador.

Outro ponto determinante a respeito da legitimidade do governo, na ótica dos militares, consiste na ideia de “povo brasileiro e os reflexos internacionais”. Numa crise política costuma ser observado o discurso de algum ator político de que o governo sairá da crise observando a opinião do povo.<sup>35</sup> Pode ser até retórica, todavia, de fato esse é um elemento que preocupa os governantes, em outras palavras, é um fator que assenta a legitimidade de um governo. A imagem que os militares tinham sobre o povo brasileiro também é um elemento que ajuda a entender a legitimidade do governo. O que significa “povo brasileiro” para os militares? Existe na documentação estudada reiteradas vezes essa expressão que revela que um governo que quer ser minimamente legítimo deve buscar apoio de parcela da população. A ditadura civil-militar contou com o apoio de grupos civis durante os 21 anos como já bem demonstrado nas pesquisas recentes<sup>36</sup>.

O Ditador Costa e Silva, por exemplo, acreditava que o seu governo tinha ampla aceitação dos brasileiros. No dia 27 de dezembro de 1968, em encontro com 198 oficiais-generais que o homenageavam o ditador afirmou em discurso que seu governo é ao “gosto e estilo brasileiros”. (**Jornal do Brasil**, 28/12/1968). Em muitas das soluções para a crise fica evidenciado o mesmo espírito manifestado por Costa e Silva, qual seja, o governo possuía respaldo popular e que os brasileiros contavam com eles para resolver a crise.

A importância de resolver logo a crise está relacionada com a impressão que as próprias instituições brasileiras tinham do regime civil-militar. É o caso do empresariado que se via inseguro com os rumos de um governo sem o dirigente. O Senhor General Murici, na 45ª reunião do Alto Comando do Exército, “declarou que ao procurar homens ligados ao comércio e indústria notou grande preocupação com a evolução da situação, em consequência da retração dos negócios provocados pela incerteza quanto aos rumos institucionais do país”. (Súmula da 45ª reunião do Alto Comando do Exército, 17/09/1969, p. 1, APGCS/HF). Não era desejável portanto transmitir para os setores organizados uma imagem de desordem.

Para Maria Rezende,

A ditadura batalhava para construir sua aceitabilidade atestando que o regime em curso era sinônimo do governo do povo, não admitindo que aquele era um governo de elite e/ou de competição entre elites. Desta forma, a ditadura pelejava para criar uma consciência coletiva favorável a ela

---

<sup>35</sup> Em recente entrevista, Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, sugere que o governo Temer para sair da crise política deve abrir diálogo com o povo e não com políticos. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/em-entrevista-fhc-sugere-a-temer-ouvir-o-povo-e-nao-politicos/>. Acesso em: 25 de out. 2016.

<sup>36</sup> Ver 1964, R. Dreifuss; Os Senhores das Gerais, H. Starling.

alegando que somente um setor do grupo de poder, no caso, os militares, teriam condições de resguardar e desenvolver esses valores que seriam o próprio fundamento, segundo eles, do movimento de março de 1964. (REZENDE, 2001, pg. 70).

Nas soluções para a crise os militares do Alto Comando do Exército se viam dignos de serem representantes do povo brasileiros, em outras palavras, os únicos capazes de resolver a crise.

Os militares do Alto Comando do Exército nessa conjuntura se preocupavam portanto com os reflexos internacionais e com a opinião pública interna. É o caso, por exemplo, da recusa de uma nova Constituição como resposta adequada para a crise.

Em suas considerações, mostrou-se o Sr Ministro (Lira Tavares) preocupado com os reflexos internacionais da outorga direta pelas Forças Armadas de nova Constituição, com o problema da escolha dos novos dirigentes e também com a legitimação das decisões das Forças Armadas perante a opinião pública interna, o que julga necessária para que se mantenha a normalização da vida da Nação. (Súmula da 44<sup>o</sup> Reunião do ACE, p. 2 e 3, 15/09/1969 APGCS/HF).

Por mais de uma vez foi enfatizado nas reuniões que o governo ditatorial contava com o apoio e confiança da população brasileira para resolver a crise política. (Atas de reunião, Exposição ao Alto Comando, Lira Tavares e Comandantes do Exército). Por um lado os militares do Alto Comando do Exército reconheciam que o governo contava com respaldo popular, por outro existia o olhar atento na avaliação que os setores organizados como a imprensa estrangeira e o empresariado faziam do governo. Desse modo, numa crise política é regra importante para um governo que pretende ser legítimo a seguinte receita: ressaltar na linguagem o fato de serem os representantes do povo e, ao mesmo tempo, observar o que hoje é medido pela popularidade. Dito de outra forma, analisar a recepção das medidas e palavras anunciadas pelo governo junto à população.

### 2.3 Substantivos democráticos: revolução, missão, dever e sacrifício.

A ideia de democracia<sup>37</sup> dos militares é tema controverso na historiografia. Inicialmente é preciso dizer que a formulação de um ideário democrático da ditadura civil-militar levou em consideração elementos do passado sobretudo a partir dos estudos do IPES e IBAD. (VIEIRA, 2000). O golpe civil-militar de 1964 foi um movimento que tinha como objetivo estabelecer um processo de responsabilidade democrática “como simples expedientes

---

<sup>37</sup> Para Marcelo Ridenti o termo “democracia” ganhou importância a partir da luta das esquerdas inseridas no combate a resistência democrática. RIDENTI, Marcelo. **Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores**, p. 59.

temporariamente indispensáveis à própria manutenção da ordem pública recém-inaugurada, ao saneamento da economia e o combate, pouco depois, as investidas do terrorismo urbano-rural”.<sup>38</sup>

“O pretense ideário de democracia ao qual os militares lutavam para dar forma e conteúdo ligava-se, indubitavelmente, a interesses, no entanto, ele aparecia sempre vinculado exclusivamente a valores, ou seja, era em nome dos mesmos que se buscava aceitabilidade para o regime”. (REZENDE, 2001, pg. 124). Existia então o compromisso de “educar a democracia”, que consiste essencialmente em domesticar as instituições. Desta forma, mesmo a sua suposta democracia precisava ser continuamente disciplinada aos objetivos da “revolução” de 1964. Autoridade, responsabilidade, ordem, saneamento moral, desenvolvimento econômico, todas essas expressões sintetizam alguns conceitos e valores inseridos no sistema democrático defendido pelos militares.

No âmbito desse trabalho – o qual busca entender os significados dos conceitos na evolução da crise política sucessória – é relevante verificar o impacto da crise no “sistema democrático militar” e, ademais, como ela foi utilizada nos argumentos para a resolução da crise. Não podemos entender a crise política considerando o simples pressuposto de que a chamada democracia dos militares foi estável e não sofreu alterações ao longo dos 21 anos em que os generais estiveram no poder. As reformas, as novas legislações, o fechamento do Congresso Nacional, as crises de sucessão foram alguns fatores que viam para corrigir ou mesmo desestabilizar a “democracia” inviabilizando a “normalidade institucional” valor tão caro aos militares no poder. Outro aspecto importante é entender que certas expressões utilizadas nas atas e nos discursos dos militares enfatizam o tipo de democracia que eles defendiam e sobretudo certas nuances nos ajudam a perceber eventuais mudanças conceituais. Um momento de conflito na construção do ideário “democrático” é a crise política, isso porque ganha-se destaque contradições conforme se aplica as soluções para a crise.

Quando se pensa em democracia normalmente analisa-se o funcionamento das instituições políticas. Nesse sentido, uma expressão importante para a caracterização de democracia durante a crise é a “normalização das instituições”. No item c do anexo número 2 – solução proposta pelo General Octavio Ramos é dito:

A normalização, a curto prazo, da vida político-administrativa nacional, a fim de que possam ser superados os graves inconvenientes da instabilidade

---

<sup>38</sup> COUTO E SILVA, G. Conjuntura política nacional: Conferência na ESG. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. Conforme indicado em: REZENDE, Maria. Ditadura militar no Brasil repressão e pretensão de legitimidade, Editora: UEL, 2001.



político-militar, com sérios reflexos na preservação da ordem pública, nas ações contra a guerra revolucionária em curso e ainda em atividades sócio-econômicas ora limitadas em ansiosa expectativa dos dias futuros. (Carta do Gen. Rodrigo Octavio Ramos ao ministro Lira Tavares, 12/09/1969 APGCS/HF).

O funcionamento aparente do Executivo, do Legislativo e do Judiciário permite que um observador desatento afirme estar diante de um sistema democrático de qualidade.<sup>39</sup> No tocante a crise sucessória de Costa e Silva também existia esse interesse, qual seja, um esforço de tornar as instituições aparentemente normais com um comando unificado, o funcionamento do Legislativo e do Judiciário de forma “independente” ao Executivo, o progresso econômico e a presença da imprensa mesmo sob censura. Todos esses fatores contribuíram para transmitir uma imagem ilusória de normalidade.

A respeito da linguagem política e das palavras utilizadas um ponto que chama a atenção consiste na transferência do vocabulário militar para o vocabulário político. Os atos de gestão, as leis, e decretos de forma geral apresentam enunciados que remetem a uma linguagem de guerra. O próprio Ato institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969 – lei responsável pela suspensão da linha sucessória e a introdução da Junta Militar de forma temporária para ocupar o posto de Costa e Silva – apresenta enunciados de caráter militar. Ela diz o seguinte na parte introdutória:

Os ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, como responsáveis pela execução das medidas destinadas a assegurar a paz e a ordem pública e de tornar as providências relacionadas com a Segurança Nacional, comunicam à Nação que Presidente da República, se encontra, temporariamente, impedido do exercício pleno de suas funções.<sup>40</sup>

Ao falar em “assegurar a paz e a ordem pública” os ministros militares ignoram que tal medida na verdade tinha um único objetivo: impedir a posse do vice-Presidente Pedro Aleixo. Em outras palavras, os objetivos da lei não se relacionam com a paz nem com a guerra. O político mineiro não reunia as condições muito por causa de seu posicionamento crítico a respeito do Ato Institucional nº 5 e também pelo fato de ser um político profissional.

Outra palavra que chama a atenção na linguagem política dos militares é “Revolução”. As ações para resolução da crise política partiam do pressuposto de que a Revolução e seus

---

<sup>39</sup> Após a redemocratização surgem estudos tratando sobre os legados da ditadura no que tange o funcionamento das instituições. Ver “Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. Carlos Arthur Gallo e Alfredo Alejandro Gugliano. In: **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

<sup>40</sup> BRASIL. **Ato institucional nº 12, de 01 de setembro de 1969**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-12-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm)>. Acesso em: 26 de out. 2016.

propósitos deveriam ter continuidade e serem fortalecidos. A Revolução corresponde a um valor inserido no sistema de crenças dos militares conforme aparece no seguinte trecho elaborado pelo II Exército, temos:

Adotada a solução de escolha de novo Chefe do Governo, é indispensável estabelecer desde logo um plano de ação coerente e viável, a ser posto em execução, não só para obviar os perigos, mas, principalmente, para a consolidação da obra revolucionária. (Anexo nº6 à Ata da 44ª reunião do ACE, p. 4 APGCS/HF).

O General Lira Tavares expõe um conceito de Revolução na Exposição ao Alto Comando do Exército que merece o registro: “A Revolução foi feita sob a bandeira da democracia, precisamente para resguardá-la da ação comunista e para fortalece-la pelo desenvolvimento do país”. Para o General, a “Revolução” portanto tem estreita relação com a democracia e visa o progresso do país. Existe ainda nessa concepção o contraste com o comunismo, assim para Lira combater essa ideologia significava necessariamente fortalecer a “democracia”.

Ainda segundo Lira Tavares os objetivos da “Revolução” correspondem ao “fortalecimento da democracia brasileira e a fidelidade das Forças Armadas aos princípios da hierarquia e da disciplina, fora dos quais elas não terão condições de assegurar a sua coesão e a sua força, nem poderão contar com o respeito e a confiança das demais forças vivas da Nação”.

O que estava em jogo para os militares era portanto os “altos interesses do Brasil e particularmente os da Revolução”. Na visão dos militares, os valores defendidos pela “Revolução” têm correspondência com os da democracia brasileira. Assim qualquer proposta para a crise política deveria levar em conta os princípios democráticos da “Revolução” de 1964, quais sejam, o combate ao comunismo, o respeito aos valores cristãos, o desenvolvimento entre outros princípios.

Resolver a crise política também consistia na resolução da “Guerra Revolucionária”. Vale lembrar que no ano de 1969 estava em curso ações para acabar com as atividades da esquerda considerada subversiva, sobretudo após o sequestro do embaixador estadunidense.<sup>41</sup> Os brasileiros deveriam aderir no combate aos elementos contrários a democracia defendida pelos militares. Segundo Maria Rezende, “os militares se referiam a um plano de ação democrática que se assemelhava a uma ação de guerra. A integração dos civis na defesa e na

---

<sup>41</sup> O sequestro do Embaixador norte-americano Charles Elbrick é apontado como um dos fatores que justificariam a intensificação da repressão no Brasil.

internalização dos objetivos do regime era apontada como “um novo tipo de guerra: a guerra revolucionária”. Isto porque, segundo eles, a sua suposta fórmula de democracia deveria ser “internalizada pelos diversos segmentos sociais para que houvesse uma repulsa absoluta do inimigo maior que seria o comunismo”. (REZENDE, 2001, pg. 99). Essa “Guerra Revolucionária” é mais um exemplo da importância do vocábulo revolucionário para os militares. As próprias medidas e atos de gestão tinham esse caráter “revolucionário” como é o caso da elaboração de uma nova Constituição em 1967 chamada de “Revolucionária” porque a anterior já não respondia aos anseios democráticos do Brasil.

Missão, dever, responsabilidade e sacrifício. Estas são algumas palavras adjetivas atribuídas aos militares na evolução da crise sucessória. A ditadura civil-militar tem como pressupostos a noção de que eram os militares que possuíam a missão, responsabilidade e dever de promover o governo assumindo diversas atribuições. Em outras palavras, era necessário para o regime possuir essas principais atribuições do Estado controlando os três poderes, para que estes não pudessem ser totalmente independentes e harmônicos entre si. A citação abaixo resume:

No Executivo, o presidente da República necessariamente deveria ser um militar – em 1969, com o derrame cerebral sofrido pelo presidente Costa e Silva, assumiu o poder uma junta militar para evitar a posse do vice-presidente Pedro Aleixo. No legislativo, as cassações de parlamentares eram efetuadas de acordo com a vontade do Executivo, ou seja, aqueles que eram contra o regime instalado, por suas palavras, atos ou gestos, poderiam perder seus mandatos legislativos. E no Judiciário, os crimes contra a segurança nacional eram julgados pela Justiça Militar, ou seja, aqueles crimes em que o bem jurídico a ser tutelado era a segurança nacional – considerada o mais importante de todos os preceitos, pois a segurança nacional era sinônima da manutenção do sistema e da consecução dos objetivos nacionais. (GUAZELLI, TORRES; 2015, p. 229).

Mais do que as atribuições institucionais existia o sentimento de que a responsabilidade na condução do país era a principal missão, um dever, o qual não poderia ser rejeitado pelos militares. De acordo com Murici, em sua fala ao Alto Comando, “qualquer dos membros presente teria que encarar a indicação do próprio nome como uma imposição de dever, não podendo de forma nenhuma fugir à indicação do Alto Comando”. (Ata de reunião do ACE, 46º reunião, p. 2, 29/09/1969 APGCS/HF). Assim, esse valor era encarado com importância na imagem profissional do oficial general. Novamente a palavra missão se aproxima a um contexto de guerra porque um soldado que recusa uma missão em defesa do seu país não mereceria o respeito dos seus pares.

As competências profissionais dos militares exigem responsabilidade pelo funcionamento da democracia? Essa ideia de “defensores da democracia” ganhou força com o golpe de 1964, contudo ela é anterior já que vez ou outra os militares interviam na política brasileira preocupados com a evolução dos acontecimentos. Na verdade, a ideia da “defesa da democracia” surge apenas como argumento na linguagem política, ou seja, serve para construir um sistema de defesa preliminar para se evitar qualquer debate. Assim quem defende a democracia é justo, correto, o adversário político, por sua vez, é antidemocrata.

Outro valor observado é o “senso de responsabilidade” dos militares que lhes permitia segundo os próprios, o domínio dos impulsos emocionais que não deveriam reger qualquer resposta à crise. (Carta de Lira Tavares para o ACE, p. 3, APGCS/HF). Esses adjetivos democráticos estão relacionados com a identificação na política brasileira de que alguns personagens têm melhores condições para “salvar” o país do que outros que não preenchem certos requisitos. Dito de outra forma, essas palavras ajudaram também a criar no imaginário coletivo o fato de que os militares são responsáveis enquanto que o político profissional, por exemplo, é irresponsável.

Em exposição ao Alto Comando, o General Lira afirma que

(...) os Ministros Militares estão apenas cumprindo, com grande sacrifício, um dever temporário, se uniram, para assegurar a continuidade do governo, e estão firmemente empenhados no encontro de uma solução que permita superar a crise, resguardando o conceito e o prestígio do Brasil como Nação democrática, em pleno e indiscutível processo de restauração e desenvolvimento. (Exposição ao Alto Comando, pg. 2, APGCS/HF).

Nesse sentido, os participantes da reunião tinha a “dura missão de assegurar a continuidade do governo e a manutenção da ordem tendo em vista resguardar os mais altos interesses da Nação, da qual as Forças Armadas constituem um dos setores mais responsáveis”. (Exposição ao Alto Comando, pg. 6, APGCS/HF).

Carlos Chagas expõe em seu livro o diálogo entre Médici e Murici, ambos generais do Exército, registrado em uma das reuniões do Alto Comando.

“Médici – Só me colocam no Palácio do Planalto pela força – amarrado e cloroformizado como o Embaixador Elbrick.

Murici – Pois se depender de mim e for necessário eu o amarrarei e cloroformizarei para colocá-lo lá.

Mais tarde, Médici aceitaria a missão imposta como imposição de dever militar mesmo contrariado.” (CHAGAS, 1979, p. 282-286).

Os atributos democráticos citados acima e o funcionamento normal das instituições são alguns aspectos observados no conceito de democracia formulados pelos militares e identificados na crise política. No contexto da crise sucessória fica evidenciado o interesse em manter o sistema democrático normalizado com as “ações democráticas” vinculadas as “ações revolucionárias”. Nas reuniões do Alto Comando do Exército, os generais se enxergavam democratas porque estavam ali cumprindo uma missão responsável para com o país.

### 3. Normalização do país: as soluções para a crise sucessória.

A pergunta que pretende-se responder nessa terceira parte é a seguinte: os valores, ideias e conceitos militares foram questionados, reafirmados ou ignorados, no contexto da crise política? É interessante perceber que os conceitos dos militares foram desafiados, assim para atingir a normalidade foi necessário acrescentar ideias, recuperar valores, expor críticas a certos atores políticos. E tudo isso se traduzia em aspectos práticos como por exemplo a definição de quem seria o novo líder e como se daria o processo de escolha.

Dentro desse quadro da linguagem política destacado nos itens anteriores, verifica-se um interesse dos militares em construir uma argumentação forte para responder positivamente a crise político-militar. Foram dois os grandes momentos da crise política: a formação da junta militar e as reuniões para definição de como seria o processo de escolha do novo presidente.

#### 3.1 Junta Militar: golpe político?

Anteriormente foi comentado a importância de Costa e Silva no plano da legitimidade do governo. Mas, na conjuntura da crise, o que fazer com o Presidente? Essa pergunta representou um desafio para os militares nas reuniões do Alto Comando do Exército. Uma resposta inicial se deu com o surgimento da Junta Militar, a “mais folclórica das figuras do golpismo latino-americano”. (GASPARI, 2002, pg. 86). Com a compreensão de que Costa e Silva estava em situação difícil, Jaime Portela resolveu construir uma farsa que pode ser vista como um duplo golpe político. O seu objetivo eram dois: primeiro, impedir a posse do vice-presidente civil Pedro Aleixo; segundo, permanecer na condição de “virtual governante do país”, ou seja, exercer o poder enquanto Costa e Silva não se recuperasse. (GASPARI, 2002). Para isso foi proposto a ideia de termos uma trinca de líderes militares ocupando a presidência da república.

A ideia de Junta Militar não era nova<sup>42</sup>. Em 1930, diante da deposição de Washington Luís, foi constituída uma junta militar conhecida como Junta Governativa Provisória ou Junta Pacificadora – presidida pelo general Tasso Fragoso. Coube a essa Junta convencer o presidente paulista a sair do palácio, outrossim nos dias posteriores a junta organizou um governo provisório com nomeações e exonerações. Em outra oportunidade, em 1961, a

---

<sup>42</sup> Foram pelo menos duas oportunidades no século XX nas quais os militares ocuparam o poder na condição de junta governativa. Ver em: JUNTAS MILITARES. LAMARÃO, Sergio. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juntas-militares>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

presidência da República foi formalmente ocupada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Mazzili. Contudo, apesar de Mazzili ter-se tornado o presidente em exercício na prática o poder ficou nas mãos de uma junta formada pelos três ministros militares: Odílio Denis, da Guerra, Sílvio Heck, da Marinha, e Gabriel Grun Moss, da Aeronáutica. Assim, diante desse breve histórico, percebe-se a inspiração de Jaime Portela para elaborar uma junta visando a manutenção do poder.

Segundo o jornalista Carlos Chagas (1979), chefe de imprensa do Presidente Costa e Silva, Jaime Portela formulou essa farsa para tentar se manter no poder por causa do seu bom relacionamento com Costa e Silva. Com efeito, Portela sugeriu a organização da Junta Militar porque sabia que a figura de Costa e Silva tinha importante respaldo tanto junto aos militares quanto no âmbito legal. Em outras palavras, os generais não estavam dispostos a se desgastar enfrentando a hierarquia ao considerar de imediato a saída do líder Costa e Silva.

Jaime Portela procurou o ex-ministro da justiça<sup>43</sup>, Carlos Medeiros, para formular um Ato Institucional para suspender a linha sucessória impedindo a posse do Vice-Presidente civil Pedro Aleixo. Segundo João Roberto Martins Filho, essa decisão “contou com amplo apoio militar no que tange ao afastamento da sucessão constitucional e civil”. (MARTINS FILHO, 1993, pg. 199). Percebe-se na etapa inicial da crise a efetiva presença de uma unidade militar, contudo, posteriormente, avançariam dissensões em torno das soluções.

O ato institucional nº 12 que instituía a junta militar contou com amplo apoio militar e tinha como objetivo impedir o deslocamento de poder para um político profissional. Conforme estabelecido pelo ato institucional nº12, a composição da Junta Militar tinha os ministros das Forças Armadas que naquele momento eram os seguintes nomes: Aurélio de Lira Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Souza e Mello.

Pedro Aleixo que pela Constituição deveria assumir a Presidência foi impedido de forma sumária. O político mineiro, conhecido como uma das lideranças da UDN na articulação do golpe civil-militar de 1964, ocupou postos de relevo nas administrações de Castelo Branco, chegando a Vice Presidência de Costa e Silva. Dr. Aleixo possuía o respeito

---

<sup>43</sup> Segundo Gaspari, Jaime Portela procurou o ex-ministro da Justiça Carlos Medeiros da Silva solicitando que este redigisse uma justificativa e um ato institucional, o 12º, para empossar a junta militar. (GASPARI, 2002, pg. 84).

dos militares até o momento da discussão do ato institucional n. 5 legislação, nessa ocasião ele manifestou contrariedade com a medida arbitrária.<sup>44</sup>

Analisando as ações políticas pode-se discutir a ideia de que Jaime Portela fez uso do corpo de Costa e Silva para tentar controlar o governo. Agindo dessa maneira podemos pensar que o militar atuou como um ideólogo inovador, na visão de Skinner, uma vez que ignorou aspectos morais para construir uma ideia distante dos padrões éticos, ou seja, repreensíveis. Não seria a primeira vez na história do Brasil que um corpo foi utilizado para fins políticos. O assassinato de João Pessoa é apontado como o estopim do movimento revolucionário que eclodiu em outubro de 1930, o corpo do político sendo carregado pelo país a fora sensibilizou milhares de pessoas. Essas estratégias estão presentes também nas crises políticas do país marcado pela criatividade dos atores políticos.

De todo modo, a existência da Junta Militar na solução para a crise sucessória de Costa e Silva apresenta contradições. Isso porque a legitimidade do regime militar como se sabe estava amparada num sistema no qual o líder deveria ser apenas um. O comando unificado representa a normalidade institucional, valor importante para os militares. Porém, essa solução temporária também foi elogiada, segundo as palavras do general Murici:

Isso veio mostrar, mais uma vez, uma característica, talvez única no mundo, da Revolução de 31 de março. O fato de que ela não possui um chefe, mas muitos chefes, assenta-se em um sólido ideal, não gira em torno de pessoas. Não há nos altos chefes militares do Brasil o espírito militarista e, menos ainda, a detestável figura do homem messiânico que para tudo tem remédio, sendo para si próprio e para seus seguidores o dono da verdade e o único, capaz de salvar a sua terra.<sup>45</sup>

Não era apenas uma contradição, tínhamos também uma afirmação conceitual a partir da ideia de que a legitimidade e a democracia estaria melhor representada por militares oficiais.

A manutenção da Junta Militar dependia de dois fatores essenciais. Em primeiro lugar, a condição de saúde de Costa e Silva deveria aos poucos apresentar sinais de melhora. Em segundo lugar, os potenciais candidatos à sucessão não deveria ganhar amplitude na crise política. (GASPARI, 2002, p. 111). Ocorre que na altura desses acontecimentos, nomes já

---

<sup>44</sup> Ver PEDRO ALEIXO. KORNIS, Mônica. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aleixo-pedro>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

<sup>45</sup> Trecho do discurso do General Antônio Carlos da Silva Murici, pronunciada em nome do Alto Comando na cerimônia de despedida do General Lira Tavares do posto de Ministro do Exército, coletânea de documentos presentes no livro “**113 dias de angústia**” escrito pelo jornalista Carlos Chagas, chefe de imprensa de Costa e Silva, p. 288.



buscavam apoios dentro do meio militar, entre eles se destacava Albuquerque Lima<sup>46</sup> que pleiteava o cargo de Presidente. Ademais, a situação de Costa e Silva ficava cada vez pior.

Enquanto a Junta Militar esteve na condução do país eles não ficaram parados. A posse da junta militar, em 31 de agosto de 1969, ocorreu justamente em um momento de crise no país. O sequestro do Embaixador americano, 4 dias após a posse da junta, fez com que o clima institucional se tornasse ainda mais grave. Com o objetivo de controlar os grupos da esquerda e simultaneamente atender as exigências da ala mais à direita das Forças Armadas, a junta tomou uma série de medidas autoritárias. Amélia Coutinho, conforme indicado no **Dicionário histórico-biográfico**, resume o conjunto de medidas tomadas pelo governo no período em que estiveram no comando:

No dia 8 de setembro baixou o AI-13, que instituiu o banimento das pessoas perigosas para a segurança do Estado”, e o Ato Complementar nº 64, que impôs essa sanção aos 15 presos políticos libertados e então exilados no México. No dia 9, foi publicado o AI-14, que permitiu a aplicação da pena de morte ou de prisão perpétua em caso de “guerra de oposição psicológica, de guerra revolucionária e de luta subversiva”. No dia 10 a junta militar emitiu uma nota oficial informando o seu firme propósito de assegurar a continuidade do programa traçado pelo chefe da nação, inclusive quanto ao restabelecimento da normalidade democrática. No dia 27 foi publicada uma nova Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898), que incorporou todas as medidas de exceção tomadas pela junta, estabelecendo que todo condenado à morte seria fuzilado se, em 30 dias, o Executivo não comutasse a pena em prisão perpétua. Por essa mesma lei, o governo aumentou seu controle sobre a imprensa, punindo, com penas de seis meses a dois anos, os jornalistas que difundissem notícias “falsas e tendenciosas” ou fatos verídicos “truncados ou desfigurados”. Acompanhando esse conjunto de atos, o policiamento foi intensificado e desencadeada nova onda de detenções arbitrárias e de cassações, inclusive de nove deputados federais e de um senador. A maior parte das eleições fixadas por Costa e Silva foi

---

<sup>46</sup> Albuquerque Lima passou a ter protagonismo na política já com a aproximação do término do mandato de Castelo Branco, na ocasião o jovem oficial contribuiu para a vitória da “linha dura” representada por Costa e Silva. Após a posse, Lima foi contemplado com o cargo recém criado de Ministro do Interior. Nessa pasta ele buscou iniciativas quanto ao desenvolvimento regional. Ainda como Ministro, manifestou críticas ao projeto do Instituto Hudson dos Estados Unidos que propunha a formação de grandes lagos na Amazônia passando a ser visto na época como um importante nacionalista. Por discordar da política econômica demitiu-se do ministério e caiu para baixo se tornando chefe da Diretoria Geral de Material Bélico. Percebendo a insatisfação das camadas inferiores da oficialidade, Albuquerque Lima impôs sua candidatura à sucessão de Costa e Silva. Para os grupos políticos do país havia o temor de um crescente nacionalismo e radicalismo com sua vitória o que exigiu esforços para derrotá-lo. Sua solução para a crise sucessória era o mandato-tampão pois permitiria sua candidatura em 1971. Ver em: ALBUQUERQUE LIMA. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/afonso-agosto-de-albuquerque-lima>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

adiada por período indeterminado, bem como as datas das convenções nacionais do MDB e da Aliança Renovadora Nacional (Arena).<sup>47</sup>

Jaime Portela fez uma leitura de que a Junta Militar não tinha condições de se sustentar, defendeu a substituição da Junta por um vice-Presidente com mandato até 15 de março de 1971, dia do fim do governo de Costa e Silva. Para o general Murici essa opção de Portela se justifica porque “O pessoal do Laranjeiras”<sup>48</sup> queria ficar. Para isso defendiam o mandato-tampão, porque nesse caso eles continuariam mandando indiretamente e usufruindo as mordomias”. (General Antônio Carlos Murici, agosto de 1988). Nesse contexto avançava as articulações para definição do próximo ditador.

A Junta Militar portanto tinha esse caráter transitório. Na reunião do dia 15 de setembro, discutiu-se o impedimento do Presidente Costa e Silva sendo decidido definitivamente pela sua saída.

### 3.2 As soluções no Alto comando do Exército. Quem assume? Como assume?

As soluções propostas pelos representantes do Alto Comando do Exército são ilustrativas para se verificar como as ideias e valores estiveram presentes nas opiniões dos órgãos do Exército. É uma boa oportunidade de mostrar as opções distinta nessas soluções sobre a crise sucessória. Se a ideia da saída de Pedro Aleixo era praticamente consensual nos meios militares, a instituição de uma junta militar gerou controvérsias já no momento inicial. O Comandante do I Exército, Syseno Sarmiento, falando em nome do seu grupo, afirmou que “aceitamos a decisão porque não desejamos criar problemas maiores. [...] no entanto, fica uma palavra: outros fatos consumados não serão aceitos de forma alguma. (CHAGAS, 1979, p. 94). A questão a respeito do impedimento de Costa e Silva também já havia sido definida. Agora faltava definir questões centrais, quais sejam, quem iria assumir o novo governo, a duração o mandato, e o processo de legitimação.

O General Lira Tavares, então integrante da Junta Militar, havia solicitado que os órgãos do exército elaborassem documentos com respostas para a crise. Esses documentos são os anexos da 44ª reunião. Por serem documentos elaborados de forma institucional representam portanto a opinião do órgão (comando) militar. O Anexo 2, elaborado pelo General Rodrigo Octavio Jordão Ramos, Comandante Militar da Amazônia, foi estruturado da

---

<sup>47</sup> LIRA TAVARES. In: COUTINHO, Amélia. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aurelio-de-lira-tavares> >. Acesso em: 26 de out. 2016.

<sup>48</sup> “Pessoal de Laranjeiras” corresponde ao grupo de militares mais próximo do presidente Costa e Silva.

seguinte forma: primeiramente, tem uma dissertação dirigida a Lira Tavares similar a uma carta; em segundo tem os chamados condicionantes básicos que deveriam ser levados em consideração na escolha da melhor solução; em terceiro, apresenta o rumo; e quarto, uma conclusão destacando que trata-se de uma sugestão e que deve ser observado sobretudo a coesão dos militares. (Anexo n. 2 à Ata da 44ª reunião do ACE, 12/09/1969, APGCS/HF).

Os condicionantes básicos, apresenta dados que deveriam ser observados na resposta para a crise, trouxe à tona uma série de iniciativas deveriam ser tomadas no sentido de manter um grau de estabilidade nas instituições e as políticas programadas em nível de gestão. A letra b, diz:

A continuidade, sem procrastinação, das medidas políticas programadas em escalada institucional, visando a reconstitucionalização integral do país no prazo fixado, honrando assim os compromissos democráticos e revolucionários atendendo ao desejo sentido em todo país de uma atmosfera de confiança e tranquilidade pelo estabelecimento das franquias democráticas. (Anexo n. 2 à ata da 44ª reunião do Alto Comando do Exército, 12 de setembro de 1969, p. 2 APGCS/HF).

Segundo Alexis de Tocqueville, o “momento mais perigoso para um mau governo é quando começa a se reformar”. De fato, um governo que recorre frequentemente a mudanças na Constituição Federal passa a ser questionado. Nesse sentido, a “reconstitucionalização” foi um dos principais expedientes adotados pelo regime para dar um verniz de legalidade. Desde 1964, verificou-se com os Atos Institucionais a inclusão de normas incompatíveis com um regime democrático e que sobretudo ignorava o papel do Congresso na atividade legislativa.

No plano da legitimidade, as mudanças recorrentes nas leis serviram para enquadrar a ditadura nos moldes institucionais “normais”. Dito de outra forma, tem-se uma crise política em seguida recorre-se a uma lei para implementar os interesses da cúpula militar. Para o General Rodrigo Ramos, conforme o anexo 2, a solução deveria vim com essa mudança brusca na carta magna com o objetivo de assegurar a manutenção do projeto dito revolucionário. (Anexo n. 2 à Ata da 44ª reunião do ACE, 12/09/1969, APGCS/HF).

Nesse sentido, o primeiro item da solução proposta pelo Comando da Amazônia, fala na suspensão dos artigos 79, 80 e 81 da Constituição do Brasil de 1967. Embora o ato institucional nº12 já tivesse resolvido de forma temporária o rompimento da linha sucessória, os militares queriam evitar problemas futuros, para isso seria válido modificar a Constituição Federal. A preocupação dos militares na reunião se deve ao artigo abaixo do Ato Institucional nº12:

Art. 1º - Enquanto durar o impedimento temporário do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivo de saúde, as suas funções serão exercidas pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar nos termos dos Atos Institucionais e Complementares, bem como da Constituição de 24 de janeiro de 1967.<sup>49</sup>

Era preciso portanto dar um caráter mais definitivo no impedimento de Costa e Silva e na saída da Junta Militar. Repare portanto que segundo a Constituição de 1967, os artigos 79, 80 e 81 são justamente os dispositivos que tratam da substituição do Presidente:

Art 79 - Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente.

§ 1º - O Vice-Presidente, considerar-se-á eleito com o Presidente registrado conjuntamente e para igual mandato, observadas as mesmas normas para a eleição e a posse, no que couber.

§ 2º - O Vice-Presidente exercerá as funções de Presidente do Congresso Nacional, tendo somente voto de qualidade, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em lei complementar.

Art 80 - Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Art 81 - Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente, far-se-á eleição trinta dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores.<sup>50</sup>

O regime ditatorial conseguiu se manter durante os 21 anos também por causa da promulgação de alguns atos como decretos e leis. A existência de um conjunto de leis em uma ditadura constituíram numa das características próprias da ditadura brasileira em comparação com as demais sul-americanas: a regularidade das eleições presidenciais, a presença dos tribunais superiores, o funcionamento das Casas Legislativas: Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais e a manutenção do bipartidarismo. Nesse quadro, era preciso preservar a legalidade como forma de conquista de legitimidade, ao mesmo tempo há promoção de práticas discricionárias. (RESENDE, 2015). Para Vladimir Safatle, conforme indicado por Resende (2015, p. 57), no regime militar “nunca se sabe

---

<sup>49</sup> BRASIL. **Ato institucional nº 12, de 01 de setembro de 1969**. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-12-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm)>. Acesso em: 26 de out. 2016.

<sup>50</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, decretada e promulgada em 1967 pelo Congresso Nacional. Ver em BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 de jan. 1967**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)

quando se está fora da lei, já que o próprio poder faz questão de mostrar que o pode embaralhar, a qualquer momento, o direito e ausência de direito”.

Assim a suspensão da linha sucessória constitui uma medida arbitrária que não atingia apenas uma pessoa (Pedro Aleixo), mas sim a Constituição autoritária de 1967. Fica claro na crise que o regime estava disposto a tomar medidas drásticas para assegurar o poder e isso era feito com novas leis. Esses procedimentos foram aplicados a um conjunto de políticos que tiveram o mandato cassado através de procedimentos caracterizados como legais. Os militares, portanto, estavam amparados nos atos institucionais e decretos de lei para reprimir e excluir da cidadania adversários. Segundo Maria Rezende,

O regime assinalava que possuía uma suposta intenção de chegar a uma normalidade política, o que exigia seu constante reportar à busca de uma forma de arranjo e organização institucional estável, a qual não excluía a constante recorrência aos atos institucionais e constitucionais perante toda e qualquer pressão dos diversos setores sociais. (REZENDE, 2001, pg. 119).

A suspensão dos artigos seria portanto a primeira iniciativa para que posteriormente fosse escolhido o Vice-Presidente que substituiria Costa e Silva, com a possibilidade de completar o mandato. A escolha desse Vice caberia ao Alto Comando do Exército e aos comandos das áreas dos demais setores com a indicação de três nomes. Ao final desse processo seria escolhido um dos nomes pelos ministros militares sendo ouvidos os representantes da Marinha e Aeronáutica. Quanto ao processo de legitimação, o ato de posse se daria por uma junta governativa ou pelo Congresso Nacional através de um referendo. Essa legislatura se encerraria em novembro de 1970. Trata-se portanto de um mandato tampão. (Anexo n. 2 à Ata da 44<sup>o</sup> reunião do ACE, 12/09/1969, p. 2 APGCS/HF).

Ainda de acordo com o anexo nº 2, uma Constituição outorgada deveria ser elaborada até 30 de novembro de 1969 com os princípios do regime e com as mudanças pertinentes a substituição. Para uma renovação do quadro político, foi proposto a manutenção do calendário eleitoral para as eleições municipais, estaduais e federais<sup>51</sup>. Com uma nova representação no Congresso, em janeiro de 1971, teríamos a nova eleição no Colégio Eleitoral com a finalidade de definir o novo Presidente da República.

---

<sup>51</sup> Uma ruptura no calendário das eleições desorganizaria todo o processo eleitoral do país tornando a crise ainda mais acentuada. Os custos aumentariam, a percepção das pessoas sobre o regime militar se deterioraria e a classe política que ocupava as prefeituras ficaria insatisfeita.

Trata-se de uma solução prioritariamente voltada para os interesses do “pessoal de laranjeiras” e do virtual candidato à sucessão Albuquerque Lima isso porque eles gostariam de adiar ao máximo a mudança de governo com objetivo de se organizarem para eles próprios serem candidatos em melhores condições no ano de 1971. (GASPARI, 2002). Chama a atenção no final do documento o esforço do autor em classificar a sugestão como despretensiosa e que a linha de ação poderia ser outra desde que a “maioria dos camaradas” achassem viável. Existe então a tentativa, em nível de discurso, de minimizar uma possível disputa nas diversas propostas. O objetivo era evitar qualquer desavença que pudesse causar instabilidade política provocando reflexos na administração. Em suma, a solução do Comando da Amazônia se baseia em dois elementos importantes: uma nova constituição, definição de um Vice-Presidente para substituir Costa e Silva, e novas eleições apenas em 1971.

O II Exército apresenta uma solução bastante reveladora a respeito da forma como o novo chefe do Poder Executivo deveria ser escolhido:

A escolha do novo chefe deverá ser apresentado à Nação como ato do Poder Revolucionário, sem a preocupação de manter falsas aparências de constitucionalidade ou normalidade democrática, com busca de fórmulas jurídicas destinadas a encobrir a realidade de que se trata de ação revolucionária, destinada a instaurar no País nova ordem política. (Anexo nº6 à ata da 44ª Reunião do ACE, exposição do Comandante do II Exército, p. 3, APGCS/HF).

Essa solução tem o mérito de não ignorar o que estava acontecendo no país. Era um regime ditatorial que impunha medidas “revolucionárias” para se manter no poder. No Anexo 7 – solução proposta pelo I Exército – apresenta um requisito importante dentro da linguagem política, conceitual e dos valores abordados anteriormente. Para esse departamento, “o candidato deverá ser revolucionário, capaz, de preferência militar e que congregue a maioria das Forças Armadas”. (Anexo n. 7 à Ata da 44ª Reunião do ACE. 11/09/1969, APGCS/HF). Os generais buscavam um nome que fosse revolucionário, isto é, que defendesse com disposição os preceitos do governo ditatorial.

O anexo número 9, sugestão da área DGP (Departamento Geral de Pessoal) e assinado por seu chefe o General Issac Nahon, tem importantes particularidades em comparação com o anexo 2. Inicialmente, corresponde a um documento mais sucinto com a apresentação das premissas básicas no tópico I similar aos condicionantes básicos, em seguida é apresentado o tópico II com a proposta. Em linhas gerais, ela definia a opção por um mandato definitivo ou

tampão; no tópico III propõe como se daria a candidatura do Presidente na crise de sucessão; no tópico IV a legitimação do novo governo; no tópico V o nome a indicar; e por fim o tópico VI como se daria a promulgação da nova constituição. (Anexo n. 9 à Ata da 44ª Reunião do Alto Comando do Exército, 15/09/1969, APGCS/HF).

Na parte das premissas básicas há um conjunto de requisitos que deveriam ser observados como a manutenção do AI-5 e a suspensão da atual linha de sucessão presidencial na Constituição Federal, mediante ato editado pela Junta Militar. Medidas semelhantes aos demais anexos. A proposta, por sua vez, consiste em adotar uma solução definitiva com a escolha do Presidente para completar o mandato e exercer também a próxima legislatura, isto é, de 1971 a 1975. Trata-se de um mandato alongado.

No tópico III, sobre a candidatura, a solução inova ao considerar que a candidatura poderia ser de um civil, militar ou militar em função civil, como aquele que tivesse no exercício de um ministério, por exemplo. Aqui é interessante perceber o contraste existente com a solução proposta em outros anexos as quais são categóricas ao afirmar a necessidade de ter um militar, algumas delas inclusive enfatizando um nome preferencialmente do Exército. A opção do DGP, contudo, é de um militar no comando do país, de todo modo, considerar um civil na presidência é um fato novo e que demonstra a diversidade de propostas sugeridas ao Alto Comando.

O Chefe do DPO (Departamento de Produção e Obras do Exército), General Jurandir Mamede, no anexo 10, menciona a seguinte possibilidade: “substituir o candidato por civil, híbrido ou militar” embora descarte em seguida os primeiros dois tipos de candidatos por considerar que um civil ou híbrido não teria condições de conduzir a “Revolução em marcha de forma a atingir todos os objetivos penetrando inclusive nas áreas da Justiça, Educação e Diplomacia e atuando construtivamente nos campos político e psicossocial”. (Ata de reuniões Alto Comando, 44ª Reunião, documento de estudos do problema da sucessão presidencial, p. 1, 15/09/1969 APGCS/HF). Contudo, sabe-se que alguns civis que ocuparam posições de destaque nos governos ditatoriais exerceram influência junto aos militares, transmitiam confiança e defendiam o projeto revolucionário. Em geral, ocupavam cargos técnicos

burocráticos que exigiam especialização nas áreas econômicas, de planejamento ou indústria, especialmente. É o caso dos economistas Hélio Pena Beltrão e Delfim Netto<sup>52</sup>.

Um outro ponto que demonstra que os membros do DGP têm um pensamento distinto em comparação com o Comando da Amazônia, por exemplo, é em relação a nova Constituição. Para o grupo do DGP, ela deveria ser promulgada pelo Congresso Nacional; já para o Comando da Amazônia, ela seria apenas outorgada. O Congresso como se sabe estava fechado fazia tempo ao ponto de o jornalista Carlos Castello publicar a seguinte constatação em janeiro de 1969 sobre o Congresso Nacional: “aqui não há nada a fazer” (Castello Branco, 11/1/1969). Ao abrir espaço para os Deputados e Senadores em promulgar a nova Constituição fica evidenciado a preocupação com a normalidade das instituições e dos procedimentos legais. Sabe-se que um novo Congresso estaria alinhado aos interesses do Executivo e desse modo não seria um problema a elaboração de uma nova Constituição, ao mesmo tempo não criaria o desgaste no âmbito interno e da opinião mundial de se ter uma constituição outorgada, fenômeno tipicamente autoritário.

A solução proposta pelo Estado Maior, anexo 11, também recomenda a necessidade de o Congresso ser convocado não apenas para legitimar o novo Presidente e Vice, mas também para funcionar normalmente.

O Congresso Nacional está em recesso e não extinto. Apesar de ter sido afastado vários de seus membros, ou por isto mesmo, não perdeu ele a condição intrínseca de órgão legítimo da representação do povo brasileiro. (Anexo n. 11 à ata da 44ª reunião do Alto Comando do Exército, 15/09/1969, p. 3 APGCS/HF).

As soluções propostas para a crise portanto dizia muito a respeito da legitimidade, uma opinião divergente é do General Malan, comandante do IV Exército, na 44ª reunião:

Estas (Forças Armadas) devem assumir a responsabilidade pelo poder, devendo exercê-lo por um período de quatro anos, sem levar em conta outras áreas políticas. Sobre a possibilidade do Congresso atuar para legitimar o novo governo o referido General afirma não ser necessário legitimação do Congresso, cuja reabertura poderá ser feita mais tarde em função da

---

<sup>52</sup> Delfim Netto foi nomeado Ministro da Fazenda nos anos de 1967 a 1974. Hélio Beltrão foi por sua vez nomeado como Ministro do Planejamento no governo de Costa e Silva e da Junta Militar. Disponível em: <<http://fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-republica/republica>>; <<http://www.planejamento.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/o-ministerio/galeria-de-ministros>>. Acesso em: 18 de nov. de 2016.



evolução dos acontecimentos. (Súmula da 44ª Reunião do Alto Comando, 15/09/1969, p. 2 APGCS/HF)

Essa opinião a respeito da legitimidade nas soluções está relacionada com a certeza de que os integrantes do Alto Comando do Exército e das Forças Armadas possuíam legitimidade suficiente para realizar os diversos atos de governo sejam as novas legislações sejam as medidas mais duras de repressão. O Congresso Nacional aparece como um ornamento acessório para indicar uma aparente normalidade nas instituições brasileiras. Nesse contexto, o Congresso Nacional seria consultado apenas simbolicamente, ou seja, o presidente seria definido pelo Alto Comando do Exército e pelas Alto Comando das Forças Armadas e apenas depois o Congresso faria uma eleição de caráter simbólico. Tem-se na verdade um poder domesticado isso porque não aceitaria uma nova rebeldia.

Ademais, a busca pela legitimidade tem muito a ver com a repercussão no âmbito externo, ou seja, o que as nações do mundo vão pensar sobre as mudanças institucionais empreendidas. Na 45ª reunião, o General Murici enumerou três hipóteses possíveis para o processo de legitimação do novo governo, elas são:

Ato revolucionário, referendun pelo Congresso Nacional ou eleição simbólica pelo Congresso, analisando os reflexos internacionais de cada uma dessas soluções; mostrou que a primeira é a que traz maiores inconvenientes de ordem diplomática, a segunda permite a continuidade das relações comerciais mas depende do reconhecimento dos governos amigos para continuidade das relações diplomáticas e a terceira é a que menores abalos pode causar no campo diplomático. (Súmula da 45ª reunião do Alto Comando do Exército, 17 de setembro de 1969, p. 1 APGCS/HF).

Sobre a escolha do melhor nome, o General Augusto Cesar Muniz de Aragão, na 45ª reunião realizada no dia 16 de setembro, afirma que o “Presidente deve ser um militar eleito entre os oficiais generais em geral e não entre os generais do Exército somente. A preferência, assim demonstrada, seria mais autêntica e melhor aceita de todos”. (Anexo à Ata da 45ª reunião do ACE, 16 de setembro de 1969). Verifica-se assim que outros setores das Forças Armadas clamavam por participação no processo de escolha, o Alto Comando do Exército concentrava poder mas não sem a insatisfação de outros grupos.

Levando em consideração as divergências de opinião acima, ainda na 44ª reunião do Alto Comando do Exército (17 de setembro de 1969), foi necessário a constituição de uma Comissão – composta por três generais: Murici, Médici, e Mamede - para definir dois itens essenciais; o primeiro, quem deveria ser os eleitores para eleger o Presidente; o segundo, quem estaria apto a ser candidato. (CHAGAS, 1979).

Ademais, ainda segundo Carlos Chagas, a despeito das controvérsias quanto a duração do mandato venceu a tese de que este seria alongado, ou seja, se estenderia até 1974.

O nome do candidato do Alto Comando do Exército seria escolhido entre os generais de quatro estrelas. O requisito essencial era a antiguidade uma escolha baseada portanto na hierarquia. No que tange aos eleitores, o Exército deu espaço para que os diversos comandos pudessem realizar procedimentos próprios no sentido de ouvir os oficiais. Não tivemos nesses setores um processo de escolha homogênea, de todo modo ao fim das consultas aos oficiais, segundo a súmula da 46ª reunião, ficou definido três nomes preferências para representar o Alto Comando do Exército: os generais Orlando Geisel, Antônio Carlos Murici e Garrastazu Médici. Deveria ainda ser informado ao Alto Comando das Forças Armadas que o General Médici “mereceu” as preferências do Exército dentre os três nomes escolhidos. (Ata da 46ª reunião do Alto Comando do Exército, 29 de setembro de 1969, APGCS/HF).

No âmbito da Marinha e Aeronáutica ficou estabelecido o critério de dar voto a todos os oficiais generais, nessas duas instituições Médici foi o mais votado. Por fim, para consolidar a “eleição”, o Alto Comando das Forças Armadas indicou o general Garrastazu Médici para ocupar a Presidência da República. (GASPARI, 2002).

Diante dessas definições, a próxima etapa seria a legitimação pelo Congresso Nacional<sup>53</sup>. Já se sabia o nome do próximo Presidente e também a duração do seu mandato que seria alongado e pleno até 1974. Faltava pouco. Essas confirmações não vieram sem críticas. No dia 2 de outubro de 1969, Ernesto de Mello Baptista (Almirante de Esquadra), fez um apelo ao governo e à opinião pública sobre os procedimentos adotados para a resolução do problema sucessório. Para ele o processo conduzido pela oficialidade foi caracterizado como um “golpe”,

Um golpe militar a frio dado, não pelos que representam a força real e o sentimento das Forças Armadas, mas através de um processo planejado de domínio hierárquico e eventual – sem qualquer base legal ou moral: não houve consulta ao povo, não foi imposição de grupos representativos do sentimento militar (como nas revoluções), não se pensou numa solução para executar um programa de governo. (Apud in CHAGAS, pg. 288, 1979).

---

<sup>53</sup> O ato institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, estabeleceu a reabertura do Congresso Nacional para a realização da eleição indireta para o dia 25 de outubro em sessão pública e votação nominal. Ver em Brasil. **Ato Institucional nº16, de 14 de outubro de 1969**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=196082>>. Acesso em: 11 de nov. de 2016.

Não adiantava reclamar. Uma vez definida a indicação de Médici e do seu vice Augusto Rademaker (militar da marinha) pelo Alto Comando das Forças Armadas, os seus nomes foram referendados na convenção nacional da ARENA em 16 de outubro. Dias depois, em 25 de outubro de 1969, tem-se o desfecho Garrastazu Médici e Augusto Rademaker foram homologados<sup>54</sup> como Presidente e Vice respectivamente. Os Vice-Presidentes do Brasil não voltariam a ser civis tão cedo, somente em 1979 com Figueiredo é que voltaríamos a ter um civil como vice Presidente.<sup>55</sup>

Em suma percebe-se que os dois documentos elaborados pelo Comando da Amazônia e do DGP foram marcados por projetos alternativos e visões distintas quanto ao formato da eleição, a legitimidade, duração do mandato, entre outros elementos que impactavam diretamente a sociedade. É recorrente nessas reuniões a visão de que a democracia estaria resguardada com essas soluções propostas, entretanto fica claro as contradições e o esforço dessa cúpula em tentar ocultar que o modelo político então vigente dependia essencialmente do executivo composto predominantemente por militares. Enfrentando as contradições na prática política os militares optaram por valorizar o conceito de unidade militar para que assim diminuísse as divergências de pensamento e confrontos na busca pelo poder. Ademais, a legitimidade foi resolvida fortalecendo a imagem da cúpula militar no Exército e das Forças Armadas e não do Congresso Nacional, por fim a “democracia” foi reafirmada com a “normalização institucional”.

As divergências de pensamento também é um aspecto característico dos documentos estudados. O radicalismo do General Malan assim como o de Jose Canavarro Pereira ao indicar a desnecessária legitimidade do Congresso ao novo Ditador vai em confronto com a tese do grupo do DGP e do Estado Maior, os quais, reiteram a necessidade de restabelecer as atividades no Congresso. Embora não seja objeto de estudo desse trabalho, a falta de protagonismo dos militares da Marinha e da Aeronáutica também revelam o descontentamento com a cúpula do Exército e suas decisões. A Marinha e Aeronáutica participaram da escolha sob a tutela do Alto Comando do Exército, em outras palavras, uma

---

<sup>54</sup>. “O general Emilio Garrastazu Médici, como candidato único do Alto Comando do Exército, aprovado pelo Alto Comando das Forças Armadas, não obteve unanimidade na eleição presidencial feita no Congresso, onde chegou a 293 votos indiretos de deputados e senadores, com a abstenção de 76 filiados ao MDB e com 9 faltas. Entrando no exercício da presidência da República em 30 de outubro de 1969”. (VIEIRA, 2000, pg. 198). Percebe-se que o Congresso Nacional exercia papel apenas ratificador, naquele momento de reabertura o resultado não poderia ser diferente.

<sup>55</sup> O Vice-Presidente de Ernesto Geisel foi o General do Exército Adalberto Pereira dos Santos (1974-1979), já de Figueiredo seu vice foi o político Aureliano Chaves (1979-1985) já num contexto de abertura.

vez definido as decisões no Alto Comando do Exército coube as outras Forças estarem de acordo com os ditames.

Segundo Maria de Rezende,

Ao defender o golpe de 1964 como um processo de consolidação da democracia, transpareciam as enormes dissensões no seu interior, muitas das quais insuperáveis, como pode ser detectado no desenrolar do processo socioeconômico e político no transcorrer da ditadura militar. (REZENDE, 2001, pg. 69).

Na mesma direção, pensando a questão da unidade militar abordada anteriormente, na crise sucessória de Costa e Silva questiona-se claramente esse princípio. João Roberto Martins Filho elaborou a expressão “unidade na desunião” com o objetivo de explicar melhor essas divergências no interior das Forças Armadas. Segundo Maud Chirio, “a imposição hierárquica suscita um mal-estar na oficialidade contestadora mais afastada dos círculos do poder, que, por sua vez, transfere para a Junta Militar toda a desconfiança que lhe inspiravam o círculo presidencial e parte do governo”. (apud RESENDE, p. 29). Temos na crise política de 1969 uma contradição pois ao se enfatizar a ideia de união, os militares queriam afirmar esse conceito. Contudo no plano prático, o que se verifica na crise é uma disputa com projetos alternativos. Assim, nem todo conceito mesmo que reelaborado pode se aplicar a um contexto de crise.

## **Considerações finais**

O exame acerca da crise sucessória de Costa e Silva durante o ano de 1969 possibilitou o desafio de trabalhar com duas questões centrais: de um lado a linguagem política mobilizada nessa crise, as expressões específicas que remetiam a visão de mundo e a própria formação militar; de outro, as divergências de posicionamento no que tange as soluções propostas no interior do Alto Comando do Exército, os temas legitimidade, duração do mandato.

A opção por trabalhar com documentos na sua maioria elaborados pelo Estado não impediu de analisar os acontecimentos referentes a crise sucessória. Isso porque os documentos estudados tem a características de apresentar posicionamentos transparentes e sobretudo com uma linguagem particular, não se verifica portanto uma suposta neutralidade. Desse modo, trabalhar com esses documentos significou reconstituir certos conflitos.

A respeito da linguagem verifica-se na análise do vocabulário dos militares estudados a associação de algumas palavras como linha de ação, coesão, missão, sacrifício, responsabilidade, confiança, hierarquia, nobreza, progresso, reconstitucionalização, e “Revolução” com o processo da crise sucessória. Todo esse conjunto de palavras, um mapa semântico, corresponde a elementos que estão reunidos para a formação de um discurso semelhante a um contexto de Guerra, ou seja, a resolução da instabilidade político-militar de alguma maneira pode ser vista também em termos de linguagem como uma aproximação de um discurso de Guerra.

Interessante pensar que a linguagem do ator político está enraizada na sua formação. Desse modo, o militar numa crise política vai se expressar com uma linguagem essencialmente militar. Sempre reafirmando valores e visões de mundo. Nesse processo não há portanto uma padronização o que indica um fenômeno rico para ser estudado.

Um desafio importante nesse trabalho foi compreender o impacto do Ato Institucional nº 12 na “democracia” dos militares. A imposição de uma Junta Militar mesmo que transitória trouxe à tona debates a respeito da credibilidade do regime civil-militar, em outras palavras, a ausência de um comando unificado e um líder repercutiu de maneira que resolver a crise significou também a saída desse “corpo estranho” no “sistema democrático” formulado pelos militares.

Não podemos incorrer no erro de acreditar que a solução da posse de Médici estava definida. Na verdade, como apontado na monografia verificou-se novas ideias e contradições. Ademais, o interesse em ter a decisão bem recebida pelo povo brasileiro e pela comunidade internacional demonstra a preocupação dos militares com a legitimidade do governo. Mesmo que o “povo”, termo um tanto abstrato, não traduza efetivamente a grande massa de pessoas no Brasil que permanecia excluída do processo sócio-político.

Ao fim nos sobra o desânimo da história política brasileira e os recorrentes golpes de Estado. O historiador Francisco Iglésias, dizia que “o golpe de Estado foi um recurso corriqueiro da política. Não tivemos, nem teríamos um final feliz.” (apud FICO, pg. 181, 2000). Crise política é um fenômeno que todo país e governo passa sobretudo aqueles que vivem um regime de fato democrático com as instituições cumprindo seu papel e a cidadania vigilante.

Contudo o que ocorre no Brasil, em muitos momentos, é o desrespeito às regras do jogo. Assim como Jaime Portela tirou uma carta da manga para estabelecer de forma arbitrária a Junta Militar contrariando as leis vigentes; um ator político brasileiro, nos dias de hoje, pode também criar um novo instrumento não previsto para satisfazer interesses próprios ou do grupo que ele representa. Sem constrangimentos. Sem mal-estar. Sem nenhuma vergonha. Apenas uma ação de força política mesmo que mascarada de formalidade.

Após a criação desse novo instrumento normalmente recorre-se a linguagem para encontrar justificativas com objetivo de legitimar a ação inovadora. E nesse processo as palavras escolhidas também são recorrentes na política brasileira, quais sejam, ordem, família, desenvolvimento, unidade pelo país, Deus, ... aconteceu em 1964, mas também aconteceu de alguma maneira em 1969 pois, segundo os militares estudados, a saída de Pedro Aleixo não permitiria a continuidade do projeto de ordem e responsabilidade em curso no país. Por outro lado, a entrada de Médici através de um processo definido por uma cúpula redirecionaria o encontro do país com seu destino próspero.

Outra estratégia também perceptível na crise política sucessória é o uso de legislações para regular as ações políticas. Para legitimar uma atitude hostil recorre-se a um instrumento de lei que dê embasamento para legitimar a ação política caracterizada pela força. Isso vem mostrar o caráter de excepcionalidade e precariedade do direito nesses momentos de crise. O Ato Institucional nº 12 e as definições do Alto Comando do Exército figuram como exemplos de medidas de exceção com o objetivo de dar poder a grupos mais fortes na hierarquia militar.

Recorrer a legislações, antes ou depois da crise, é um elemento importante na construção da legitimidade e para o sucesso posterior usa-se a linguagem com a evocação de conceitos.

Trabalhar com essas nuances talvez seja o ofício do historiador – um ofício tão importante no olhar crítico do passado – para Lucien Febvre, a parte mais apaixonante deste ofício é fazer com que coisas silenciosas ganhe significado, voz.<sup>56</sup>

---

56 Lucien Febvre [1953] Apud PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.77.

## FONTES

### Documentos oficiais:

a) Legislação.

BRASIL. Ato institucional nº 1 de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)>. Acesso em: 12 de nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Ato institucional nº 12, de 01 de setembro de 1969. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-12-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm)>. Acesso em: 12 de nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Ato institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969. Estabeleceu a reabertura do Congresso Nacional para a realização da eleição indireta para o dia 25 de outubro pelos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=196082>>. Acesso em: 11 de nov. de 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição de 1967. Decretada e promulgada pelo Congresso Nacional em 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>. Acesso em: 12 de nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei institucional nº1 (anteprojeto). Estudo preparatório do projeto - a respeito do afastamento definitivo do Presidente da República Costa e Silva e que declarava vago o cargo de Vice-Presidente. Disponível em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/alto-comando-exercito-crise-1969#pagina-20>>. Acesso em 12 de nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Regulamento para o Alto Comando do Exército, de 27 de julho de 1967. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61082-27-julho-1967-402244-regulamento-pe.doc>>. Acesso em: 26 de out. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 13 de nov. 2016.



b) Atas e anexos das Reuniões do Alto Comando do Exército.

*Arquivos da ditadura (Gaspari). APGCS/HF*

Ata da 44º reunião do Alto Comando do Exército.

Ata da 45º reunião do Alto Comando do Exército.

Ata da 46º reunião do Alto Comando do Exército.

Exposição de Lira Tavares ao Alto Comando do Exército.

Anexos da 44º reunião do Alto Comando do Exército.

### **Livro.**

CHAGAS, Carlos. **113 dias de angústia - Impedimento e morde de um Presidente**. 2º edição, Rio Grande do Sul, Agência Jornalística Image, 1979.

### **Periódicos.**

Presidente diz que Governo é ao gosto e estilo brasileiros. **Jornal do Brasil**, 28 de dezembro de 1968.

Aqui não há nada a fazer. **Jornal do Brasil**, Coluna Castello Branco, 11 de janeiro de 1969.

### **Sites.**

Página inicial do site organizado por Elio Gaspari. <<http://arquivosdaditadura.com.br/>>. Acesso em 12 de nov. 2016.

Golpes e Contra Golpes. Texto publicado pela historiadora Lilian Schawrz. <<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2016/Golpes-e-contragolpes>>. Acesso em: 12 de nov. 2016.

Entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/em-entrevista-fhc-sugere-a-temer-ouvir-o-povo-e-nao-politicos/>>. Acesso em: 12 de nov. 2016.

Página inicial Memórias Reveladas <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em 12 de nov. 2016.

Limites a Chávez. Editorial Folha de São Paulo. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz1702200901.htm>>. Acesso em 12 de nov. 2016.

Discurso de Jair Bolsonaro na votação do impedimento da então Presidenta Dilma Rousseff. <<https://www.youtube.com/watch?v=SroqvAT71o0>>. Acesso em 12 de nov. 2016.

Dicionário histórico-biográfico brasileiro (pós-1930). Coordenação de Israel BELOCH E Alzira Alves de ABREU. 2º Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 12 de nov. 2016.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5º Ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- CAMARGO, Aspásia; Pandolfi, Dulce Chaves; Gomes, Eduardo Rodrigues; Grynszpan, Mario. **O golpe silencioso as origens da república corporativa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 249-259.
- CHIRIO, Maud. **A política dos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. A Comissão Nacional da Verdade e os militares perseguidos. Desafios de um passado no tempo presente e futuro. **ACERVO**, Rio De Janeiro, v. 27, nº1, p. 137-155, jan-jun. 2014.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- FARR, James. **Understanding conceptual change politically**. In: BALL, Terence; FARR, James; HANSON, Russell (Ed.). *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. **O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964)**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). A grande transição*. São Paulo: SENAC, 2000.
- FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (orgs.). **O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-miliar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvana (orgs.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre: Deriva, 2014.
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprendendo a escrever, aprendendo a pensar**, 27. Ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- KUSHNIR, Beatriz. Eis a questão: 31 de março ou 1º de abril? Desvelar brumas só no acesso às fontes. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. (org.). **1964: 50 anos depois – a ditadura em debate**, Aracaju: EDISE, 2015, p. 241-262.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas, SP: Papirus, 1986.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. 1993. Campinas, São Paulo.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. Nos arquivos da polícia política. Reflexões sobre uma experiência de pesquisa no DOPS do Rio de Janeiro. **ACERVO**, Rio De Janeiro, v. 27, nº1, p. 254-267, jan-jun. 2014.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta. **A experiência brasileira (1500-2000)**. A grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.

VOGT, Débora Regina. A linguagem como intervenção política: uma análise sobre a contribuição de Quentin Skinner. **AEDOS**. Num. 7, vol. 3, Fevereiro 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/16017/11359>>. Acesso em: 13 de nov. 2016.

RAMOS, Paola Novaes. **A pertinência do conceito de legitimidade para organizações políticas: perspectivas indígenas e modernas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RENNÓ, Lucio. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 7, n. 1, p. 33-59, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762001000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000100003)>. Acesso em: 25 de outubro de 2016.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem: a cooperação Deops/SP e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

REZENDE, MARIA JOSÉ de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade**. Londrina: Editora UEL, 2001.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). In: PALOMANES MARTINHO, Francisco Carlos (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, Eduerj, 2006.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

GUZZELLI, Dante Guimaraens; TORRES, Mateus Gamba. O Estado era a lei. Lei de Segurança Nacional e advocacia na ditadura civil-militar brasileira (1964-1979). **ACERVO**, Rio de Janeiro, v.27, nº1, p. 227-238, jan-jun. 2014.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política: sobre os métodos históricos**. Coleção coordenada por Diogo Ramada Curto. Alges, Portugal. Editora: DIFEL, 2005.

SOUSA, Nilson Araújo. A economia da ditadura e da transição. In: PINHEIRO, Milton (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. 1 Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

## **Anexos**

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**ATO INSTITUCIONAL Nº 12, DE 1º DE SETEMBRO DE 1969.**

[Vide Constituição de 1988.](#)

Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências.

Em nome do Governo e da Revolução de 31 de março de 1964, pelos motivos expostos, resolvem baixar o seguinte Ato Institucional:

**OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA**, em nome do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, temporariamente impedido do exercício de suas funções por motivo de saúde, e

CONSIDERANDO que continua em plena vigência o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, que manteve a Constituição com as modificações nela introduzidas;

CONSIDERANDO que o Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, decretou o recesso do Congresso Nacional;

CONSIDERANDO que os compromissos assumidos perante a Nação, pelas forças armadas, desde a Revolução vitoriosa de 31 de março de 1964, ainda perduram e não devem sofrer solução de continuidade;

CONSIDERANDO que, nesta conformidade, e ouvido o Alto Comando das forças armadas, o exercício da suprema autoridade do Governo e de Comandante supremo das forças armadas, durante o impedimento temporário do Presidente Arthur da Costa e Silva deve caber aos seus Ministros auxiliares, diretamente responsáveis pela execução das medidas destinadas a preservar a segurança nacional, o gozo pacífico dos direitos dos cidadãos e os compromissos internacionais, resolvem editar o seguinte Ato Institucional nº 12:

Art. 1º - Enquanto durar o impedimento temporário do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivo de saúde, as suas funções serão exercidas pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar nos termos dos Atos Institucionais e Complementares, bem como da [Constituição de 24 de janeiro de 1967](#).

Art. 2º - Os Ministros militares baixarão os atos necessários à continuidade administrativa, à preservação dos direitos individuais e ao cumprimento dos compromissos de ordem internacional.

Art. 3º - Continuam em exercício os Poderes e órgãos da Administração federal, estadual e municipal que não foram atingidos pelos Atos Institucionais e Complementares.

Art. 4º - Cessado o impedimento, o Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, reassumirá as suas funções em toda a sua plenitude.

Art. 5º - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato Institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 6º - Este Ato entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro - GB, 01 de setembro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD

AURÉLIO DE LYRA TAVARES

MÁRCIO DE SOUZA E MELLO

*Luís Antônio da Gama e Silva*

*José de Magalhães Pinto*

*Antônio Delfim Netto*

*Mário David Andreazza*

*Ivo Arzua Pereira*

*Tarso Dutra*

*Jarbas G. Passarinho*

*Leonel Miranda*

*Edmundo de Macedo Soares*

*Antônio Dias Leite Júnior*

*Hélio Beltrão*

*José Costa Cavalcanti*

*Carlos F. de Simas*

**ATO INSTITUCIONAL Nº 16, DE 14 DE OUTUBRO DE 1969**

**OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR**, no exercício da Presidência da República, ouvido o Alto Comando das forças armadas, e

CONSIDERANDO ter sido o Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, atacado de lamentável e grave enfermidade;

CONSIDERANDO estar Sua Excelência totalmente impedido, no momento, para o pleno exercício de suas funções, não obstante achar-se em estado de lucidez;

CONSIDERANDO a conclusão exarada em laudo médico proferido aos vinte e cinco de setembro próximo passado e confirmada em novo laudo, com data de quatro do corrente, pelos renomados especialistas que o assistem, de que "se eventualmente o Presidente da República, lúcido como está, vier a atingir a recuperação completa desejada por todos, poderá reassumir suas funções, ficando, porém, novamente exposto a situações de *stress* que contribuíram para sua enfermidade atual";

CONSIDERANDO que, diante disso, a reassunção de seu cargo, se para tanto viesse a readquirir condições, não se poderia dar sem grave e irreparável risco para sua saúde;

CONSIDERANDO que a conjuntura nacional impõe encargos cada vez mais pesados ao Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que o Marechal Arthur da Costa e Silva, com o conhecimento da sua família, manifestou desejo de que se promovesse a sua substituição no cargo;

CONSIDERANDO que os superiores interesses do País exigem o preenchimento imediato, em caráter permanente, do cargo de Presidente da República, e

CONSIDERANDO, por fim, que o Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto do corrente ano, no seu art. 1º, atribuiu aos Ministros militares a substituição do Presidente da República no seu impedimento temporário, resolvem editar o seguinte Ato Institucional:

**Art. 1º** - É declarada a vacância do cargo de Presidente da República, visto que o seu titular, Marechal Arthur da Costa e Silva, está inabilitado para exercê-lo, em razão da enfermidade que o acometeu.

**Art. 2º** - É declarado vago, também, o cargo de Vice-Presidente da República, ficando suspensa, até a eleição e posse do novo Presidente e Vice-Presidente, a vigência do art. 80 da Constituição federal de 24 de janeiro de 1967.

**Art. - 3º** - Enquanto não se realizarem a eleição e posse do Presidente da República, a Chefia do Poder Executivo continuará a ser exercida pelos Ministros militares.

**Art. 4º** - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, de que trata este Ato, será realizada no dia 25 do corrente mês de outubro, pelos membros do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - A sessão conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para os fins deste artigo, será dirigida pela Mesa da primeira dessas Casas do Congresso.

§ 2º - Os Partidos Políticos, por seus Diretórios Nacionais, inscreverão, perante a Mesa do Senado Federal, os candidatos a Presidência e Vice-Presidência da República até vinte e quatro horas antes do dia marcado para o pleito.

§ 3º - O Diretório Nacional de cada Partido funcionará, para escolha dos candidatos a que se refere o parágrafo anterior, com poderes de Convenção Nacional, dispensados os prazos e as demais formalidades estabelecidas pela Lei Eleitoral.

§ 4º - Será considerado eleito Presidente o candidato que obtiver maioria absoluta de votos.



§ 5º - Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, os escrutínios serão repetidos, e a eleição dar-se-á no terceiro, por maioria simples; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 6º - O candidato a Vice-Presidente considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Presidente com ele registrado.

§ 7º - Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades, nem a exigência, para o candidato militar, de filiação político-partidária.

§ 8º - A posse do Presidente e do Vice-Presidente da República dar-se-á no dia 30 de outubro do corrente ano, em sessão solene do Congresso Nacional, presidida pelo Presidente do Senado Federal.

**Art. 5º** - O mandato do Presidente e do Vice-Presidente da República, eleitos na forma do artigo anterior, terminará a 15 de março de 1974.

**Art. 6º** - Embora convocado o Congresso Nacional, os Ministros militares, no exercício da Presidência da República, poderão, até 30 do corrente mês de outubro, em caso de urgência ou de interesse público relevante, legislar, mediante decreto-lei, sobre todas as matérias de competência da União.

**Art. 7º** - As atuais Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, irreelegíveis, para o período imediato, têm seus mandatos, prorrogados até 31 de março de 1970, elegendo-se, todavia, novos membros para as vagas existentes ou que vierem a ocorrer.

**Art. 8º** - Ficam excluídos de apreciação judicial os atos praticados com fundamento no presente Ato Institucional e Atos Complementares dele decorrentes, bem como os respectivos, efeitos.

**Art. 9º** - Este Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

**AUGUSTO HAMANN RADEMAKER  
GRÜNEWALD**

Aurélio de Lyra Tavares

Márcio de Souza e Mello

Luís Antônio da Gama e Silva

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Newton Burlamaqui Barreira

Leonel Miranda

Edmundo de Macedo Soares

Antônio Dias Leite Júnior

Hélio Beltrão

José Costa Cavalcanti

Carlos F. de Simas